



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

PRESIDENTE: ALESSANDRO GUEDES

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA
LOCAL: CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
DATA: 23 DE OUTUBRO DE 2019

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Manifestação fora do microfone
- Exibição de imagens

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Com a presença dos Vereadores Paulo Frange, Isac Felix, na qualidade de Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento, declaro abertos os trabalhos da 21ª audiência pública que a Comissão realiza no ano de 2019. Segunda audiência ao PL 647/19, de autoria do Executivo, que estima a receita e fixa a despesa do Município de São Paulo, para o exercício de 2020.

Informo que o convite para audiências públicas foi publicado no *Diário Oficial da Cidade de São Paulo* em dois jornais de grande circulação: *O Estado de São Paulo*, no dia 17 de dezembro de 2019; e na *Folha de São Paulo*, no dia 18 de dezembro de 2019. Além de publicar no *Diário Oficial da Cidade*, nos dias 18, 19, 20, 22 e 23 de outubro e disponibilizarmos no site: www.saopaulo.sp.leg.br / Blog / Orçamento – 2020 – Confira - Calendário de audiências públicas.

Informo também que está disponível no *hotsite*, oferece um formulário para colher sugestões da população, que pode ser acessado neste endereço que eu acabei de mencionar e no abaixo também que é o www.saopaulo.sp.leg.br / Blog/ Confira – *hotsite* – Orçamento – 2020 – Envie-suas-propostas.

Foram convidados para esta audiência os Srs. Philippe Duchateau, que veio acompanhado pelo Sr. Fábio Martins de Oliveira, e já convido ambos para a Mesa; Secretário Municipal de Governo Mauro Ricardo Machado Costa, representado pelo Sr. Alex Vargas, que também convido para a Mesa; Presidente do Tribunal de Contas do Município João Antonio, que será representado pelo Sr. Marcos Chust, o qual convido para a Mesa; também do TCM, encontram-se os Srs. Cláudio Figo, Gláucio Teixeira Tavares e Livio Mario Fornazieri. Foram convidados também a sociedade, em geral, e os Vereadores da Câmara Municipal de São Paulo.

Informo que também enviamos a todas as Secretarias e Subprefeituras constantes do calendário de ofício, convidando-os para participarem de todas as audiências públicas referentes ao PL 647/2019, Orçamento de 2020.

Semana passada, anunciamos na Comissão de Finanças e Orçamento o calendário

que nós iremos executar na Cidade de debates sobre a LOA - Lei Orçamentária Anual. Serão um total de 24 audiências públicas, sendo dez na Câmara Municipal e 14 externas, em diversas regiões da Cidade. Para todos os que quiserem participar, podem se atentar através do *site* da Câmara Municipal de São Paulo, ou também com Secretaria da nossa Comissão.

Como foi falado, nós temos um endereço eletrônico no qual a sociedade geral pode contribuir com propostas para o Orçamento do ano que vem, acessando o *link* que nós anunciamos.

As pessoas que quiserem fazer uma contribuição, propostas, ao Orçamento, fazendo o uso da palavra, ou não, terão de enviar por escrito, necessariamente. Existe um formulário que vocês podem acessar, com a nossa Assessoria, onde vocês podem colocar as suas propostas, reivindicações, para o Orçamento do ano que vem, e entregar à nossa Secretaria.

Quero aqui cumprimentar todos os integrantes da Mesa, os Vereadores presentes Rodrigo Goulart, Paulo Frange, Isac Felix, Secretários, representantes do TCM, representante do Secretário de Governo.

Tem a palavra o Secretário Philippe Duchateau.

O SR. PHILIPPE DUCHATEAU - Bom dia, Sr. Presidente, demais Vereadores, público presente. Preparamos um material sobre o Orçamento de 2020: a evolução dos últimos anos das principais receitas e como estamos projetando essas receitas para 2020; as despesas também, os grandes desafios da Prefeitura de São Paulo na gestão das suas despesas relacionadas a Educação, Saúde e as demais atividades de prestação de serviço, bem como pessoal, encargos e dívidas. E, no final, alguns destaques sobre a nossa revisão de gastos correntes e abertura de espaços para ampliar o financiamento dos investimentos na Cidade, aumentando infraestrutura e a renovação dos equipamentos públicos na prestação de serviços.

- O orador passa a se referir a imagens exibidas na tela de projeção.

O SR. PHILIPPE DUCHATEAU – Primeiro, vamos passar por uma seção onde

explicitamos como é que, nesses últimos cinco anos, as principais receitas do Município reagiram à crise; e agora como é que elas se veem nesse momento de retomada tímida ainda do crescimento econômico; depois, na segunda seção, a gente trata daquelas despesas que vêm pressionando o Orçamento, seja por causa da necessidade de expansão dos serviços prestados, seja por causa da dinâmica dos gastos, como as despesas de pessoal, subvenção ao transporte público, entre outras. E depois, a peça em si, o Orçamento de 2020.

O cenário econômico utilizado para fazer as projeções para o ano e, depois, as aberturas de receitas e despesas. Evidentemente, são muitos os números do Orçamento, são 96 órgãos da Administração, mas a gente vai trazer os principais agregados, sabendo que há uma grande programação por parte da Câmara Municipal de audiências regionais e audiências temáticas para discutir o Orçamento específico.

Então, a gente vai focar nos grandes números, temos material para responder as dúvidas, mas vamos procurar nos ater aos principais agregados de receitas e despesas do Município.

A primeira seção é o desempenho das principais receitas. Esses são os valores atualizados, a preço de 2019, e a evolução do ISS. Eu recuperei desde 2014 a série histórica para mostrar para os senhores como a receita do Município foi afetada pela crise. Em 2015, por exemplo, já tivemos queda real; 2016 foi um ano mais intenso dos reflexos da crise econômica na Prefeitura; e agora, só em 2019 a gente ultrapassa o valor, em termos reais, arrecadado em 2014. Então, percebam como que nós tivemos uma influência muito significativa no nosso Orçamento e a retomar agora a partir deste ano.

Aqui é a evolução do IPTU. Diferentemente do ISS, o IPTU teve uma dinâmica um pouco diferente que explica essa evolução mesmo durante a crise econômica. Em 2013, a atualização da PGV, a lei que atualizou a PGV, estabeleceu um teto: no primeiro ano, era de 20%; nos anos seguintes, 10% para imóveis residenciais; e 30%, no primeiro ano, e 15% nos anos seguintes, para imóveis não residenciais. Ou seja, se a atualização da Planta Genérica de Valores levasse a uma correção maior do que esse percentual de teto, o reajuste no IPTU teria

que ficar dentro desse teto. Por isso que, até hoje, a gente percebe que há contribuintes que ainda não tiveram a sua cobrança pela atualização devida da PGV 2013; ainda há contribuintes usufruindo dos benefícios do teto.

Isso explica por que, ao longo desse período todo, houve um crescimento real da arrecadação, principalmente por causa desse parcelamento, devido aos tetos no reajuste do IPTU e no reajuste dos imóveis residenciais e não residenciais sujeitos a esses limites de 10% e 15%.

À medida que o tempo vai passando, o número de contribuintes sujeitos ao teto está diminuindo. De 2016 a 2017, o crescimento foi de 7%; de 2017 para 2018, foi de 6,4%; de 2018 para 2019, 4,2%. Ou seja, à medida que o teto se esvai, os reajustes do IPTU tendem a se aproximar das correções inflacionárias.

Aqui é o ITBI. Como o ITBI reagiu nesse período? De 2014 para 2015, houve uma correção na alíquota, então até 2014 a alíquota era de 2%, em 2015 passou a ser 3%. Então percebiam que, de 2015 para 2016, a gente sentiu o efeito da crise e a retomada.

Eu preparei outro gráfico que mostra a arrecadação dos anos anteriores, até 2014, corrigindo. Se fosse a alíquota 3%, quanto seria arrecadado? Percebiam que, apesar dessa retomada recente no mercado imobiliário, nós estamos ainda muito longe dos patamares arrecadados em 2013, 2014. Sequer alcançamos a receita potencialmente arrecadada do ITBI em 2010.

Enquanto o nosso ISS vem reagindo relativamente bem, nesses anos mais recentes, vejam o nosso ICMS. Um ligeiro crescimento agora observado neste ano, mas de 2017 para 2018 não houve sequer um crescimento real. E, de 2018 para 2019, o ICMS vai começando a reagir, mas ainda estamos aquém do patamar arrecadado de 2014.

Vale lembrar que 25% do ICMS é repassado, é devido constitucionalmente aos Municípios, e o rateio desse valor de 25% é devido a alguns critérios, o principal deles é onde valor agregado daquela geração do imposto aconteceu. Então, essa é a nossa evolução do ICMS, por isso a importância e a nossa preocupação com a reforma tributária.

A reforma tributária visa essas propostas que estão, as duas, tramitando no Congresso. Elas, de certa forma, unem a base de mercadorias e serviços num imposto só e compartilham essa base unificada entre Estados e municípios. Então as Prefeituras que têm no ISS a sua principal fonte de receita podem ser prejudicadas, porque compartilham esse valor com os Estados, valores esses que reagem ao setor de serviços, que tem se demonstrado de forma mais dinâmica, com um crescimento mais dinâmico em relação a mercadorias, que é predominantemente a base do ICMS.

Mesmo o IPVA, lembrando que 50% da arrecadação do IPVA é devida aos Municípios e o rateio desses 50% é de acordo com a placa do veículo. Então a proporção de carros com placas de São Paulo é a proporção que vem para o Município de São Paulo.

Vejam também que o IPVA mal atende ao crescimento das despesas, como nós veremos à frente, e estamos ainda bastante longe dos patamares arrecadados em 2014.

Eu falei dos principais impostos, agora a gente vai falar um pouco de transferências, mas percebam então a diferença da dinâmica dos nossos impostos controlados aqui, principalmente ISS e ITBI e os impostos que advêm de transferência da arrecadação estadual.

As transferências correntes, para saúde especialmente. Então, estamos falando principalmente da transferência do SUS, que de certa forma responde à população e também aos serviços prestados. Essa é a série já ajustada a valores reais. Percebam, que apesar da crise que influenciou o bolo de receitas, o crescimento principalmente derivado do atendimento da rede expandida, de atendimento do serviço de saúde no Município, fez com que nós conseguíssemos, de 2017 para 2018, uma relativa retomada. E, em 2019, está se mantendo. Mais à frente, nós veremos as projeções para 2020.

Transferências correntes da educação. Aqui é salário-educação e principalmente Fundeb. O Fundeb também, pela sua regra, responde ao número de matrículas. E essa evolução recente, nos anos mais recentes, deve-se principalmente ao crescimento das matrículas principalmente na Educação Infantil. Então, apesar da queda das receitas,

principalmente as receitas estaduais, que financiam o Fundeb, como a gente pôde perceber, de 14 para 15, 16, o município de São Paulo, e como vimos anteriormente que até agora esse semestre mal voltou a crescer em termos reais, o aumento de matrículas foi o responsável por ajudar o crescimento dessas receitas no período mais recente.

Aqui, por fim, não é tão expressivo, mas só para finalizar o conjunto das receitas fundo a fundo, a gente está falando das transferências voltadas para a área da assistência social. Então, aqui está a evolução, um pouco entre altos e baixos, uma pouco uma certa constância nos valores reais arrecadados. Percebam que veremos mais à frente que essas receitas cobrem nem mesmo 10% de tudo o que a gente gasta na função assistência social.

Próximo, por favor. Saindo das receitas de correntes, entrando um pouco nas principais receitas de capital, mostro para os senhores a receita com as outorgas onerosas, outorga especialmente para financiar a aquisição de metro quadrado para a expansão imobiliária. Esse 2018 começou a crescer forte, um pouco da retomada do mercado; em 2019, muito, houve um pouco essa retomada do ITBI que a gente percebeu e também aquela corrida que houve para aproveitar a legislação anterior do Plano Diretor antigo na construção imobiliária. Então, uma aquisição muito grande e forte de outorga onerosa e a projeção para esse ano é de 656 milhões, quase o dobro dos patamares arrecadados nos anos anteriores. Essa receita é totalmente direcionada para o Fundurb. Por isso que o Fundurb hoje tem um saldo bastante significativo para os investimentos na infraestrutura urbana da Cidade.

Receita de capital é convênio com a Sabesp, um convênio onde renovamos o contrato de concessão dos serviços de água e esgoto com a Sabesp e a gente recebe por volta desses 470 milhões, uma relativa estabilidade. É uma receita bastante regular e ela continua financiando boa parte das receitas de capital, que acabam ajudando no financiamento dos investimentos da Cidade.

Mais um, por favor. Esse último *slide* dessa evolução das receitas mostra um pouco como que as transferências, especialmente da União, mingüaram nesse período mais recente, a partir de 2017. Todos nós estamos acompanhando a crise no orçamento federal e

isso houve, sem dúvida alguma, reflexo na Cidade, não só em São Paulo, como no Brasil todo. Então, recursos para financiamento de obras de infraestrutura, drenagem, habitação entre outras várias áreas caíram significativamente. Então, aqui está a receita realizada em 2017, 2018. E, 2019, também estamos ainda com 205 milhões, mas entrou um pouco menos de 50 milhões até agora. Ainda é uma expectativa na execução dos convênios existentes. Mas, a gente tem esse cenário que faz com que a Prefeitura tenha que empreender recursos e esforços próprios para sustentar e fazer crescer o seu nível de investimentos.

Eu passei aqui com as receitas, que representam 80% do nosso orçamento. Os outros 20% têm uma infinidade de outras rubricas, pequenas, específicas, não tem nenhum destaque, mas evidentemente a gente pode aqui ficar à disposição e esclarecer qualquer efeito específico relacionado a essas outras receitas.

Agora, essa seção trata dos principais desafios que a Cidade vem enfrentando no seu orçamento, ou seja, o que vem pressionando o orçamento da Cidade nesses anos mais recentes. A primeira visão aqui, como não é diferente, a nossa expansão da rede de matrículas, principalmente na educação infantil, faz com que a gente tenha os dados da função educação – a função educação é a nossa maior parcela do orçamento –, esse ano a projeção é de 12.861, você tem recursos disponíveis em 12.861. Desde 2014, ou seja, nesses últimos cinco anos, o crescimento médio é de 7,7%. Esse ano mais recente, chegando a quase 8% e é reflexo especialmente dessa demanda ainda por atender, por se completar, de matrículas especialmente na educação infantil.

Próximo, por favor. O segundo maior gasto da Cidade é na função saúde. De novo aqui também um crescimento médio calculado nesses últimos cinco anos, de 7% ao ano. Também reflexo, principalmente nos anos mais recentes, da demanda maior por atendimento, principalmente na atenção básica: inauguração de equipamentos, UBSs, UPAs, principalmente esses dois equipamentos ao longo desses últimos anos.

Próximo, por favor. Ainda no lado social, na função assistência, o orçamento de 2019 disponível é de um bi e 400, quase 12% maior e é outra função que vem crescendo

significativamente, a taxa média nos últimos cinco anos, é de 6,9% ao ano. O ano mais recente, 11,9, especialmente em função da cobertura dos atendimentos voltados à população de rua da Cidade, necessárias nesse momento de desemprego alto. A gente vai ver mais à frente no cenário econômico.

Próximo. Aqui, a parcela de recursos dos contribuintes de impostos voltados ao subvencional sistema de transporte por ônibus na Cidade. Vejam, senhores, como passou de 1 bi e 700, em 2014, quase dobrou, chegou a 3 bi e 200, em 2017; 2018 fechou com um pouco menos de 3 bi e 200; e o conjunto de medidas adotadas nesse ano, sejam elas o combate a fraudes, seja a revisão da tarifa para cobrar diferenciado o vale transporte do bilhete comum, sejam as revisões também no número de pernadas. Tudo isso, combinado com a redução de fraude, atenuou significativamente o recurso. Dois bi e 412 é o recurso do orçamento disponível em 2019. Estamos ainda numa discussão com a secretaria de Transportes para saber se as medidas mais recentes de revisão dos contratos, a partir das assinaturas dos contratos que aconteceram recentemente com as operadoras. Como isso projeta para esses últimos três meses – outubro, novembro, dezembro –, provavelmente isso pode subir um pouquinho, mas a gente ainda não tem um número fechado. Então, a única ressalva que eu faço é o disponível em 2019. Nos anos anteriores, foram os recursos empenhados e praticamente não houve cancelamento de restos aqui.

Outra despesa grande, mas aí crescendo a taxas um pouquinho menores do que as identificadas em relação aos anos anteriores, é a despesa com a concessão e a varrição do lixo da Cidade. Então, ela evoluiu bastante, de 1 e 800 para 2 e 300; e, no período mais recente, principalmente a partir da otimização dos contratos, a licitação da varrição teve uma economia nesse ano bastante significativo, 1 bi e 27 e 837. Os preços da nova licitação reduziram em 30% as despesas, é o efeito que a gente está observando em 2019 e em 2020 isso vai ficar um pouco mais ajustado.

A última despesa que eu destaco, que vem de certa forma pressionando o orçamento da Prefeitura, é a evolução com as despesas de inativo. Aqui trago para os

senhores a evolução do gasto total com inativos, aberto pelas informações de recursos de fontes de seu financiamento. Então, a parte de baixo é a insuficiência; a parte azulinha aqui, intermediária, é a contribuição do servidor; a mais clarinha é a contribuição patronal; e tem uma pequena fração, que é a compensação previdenciária. A compensação previdenciária é aquele direito que nós temos com a União, em função de arcar com a aposentadoria daqueles que contribuíram boa parte da sua vida no regime geral. Então, tem uma conta de “passa para lá, recebe de cá”, ou seja, quanto a gente manda para eles e quanto a gente recebe dá um resultado de aproximadamente 100 milhões, então essa é a última parcela.

O que eu queria destacar aqui, vejam como essa despesa cresceu muito nesses últimos anos, a taxa média de crescimento aqui é a taxa para lá de chinesa, 13,4% ao ano de 2014 para a projeção agora de 2019. O último ano, de 18 para 19, 10%. Mesmo com a Reforma da Previdência aprovada aqui, essa despesa continua a crescer. Por quê? Porque a Reforma da Previdência basicamente tratou de três assuntos: pensões, contribuição de servidores e contribuição patronal e o regime de previdência complementar. Então, a pensão é uma parcela bastante pequena, os ajustes na pensão não têm um efeito tão grande nas despesas, mas a contribuição do servidor fez com que precisasse de menos recursos do dinheiro de impostos para financiar a previdência. Percebam os senhores que de 2018 para 2019, enquanto essa insuficiência vinha crescendo a cerca de 800 milhões por ano, de 3.768 para 4.693; depois de 4.600 para 5 bi e 498; de 2018 para 2019, 5 e 429, enquanto que a contribuição do servidor e a contribuição do patronal foram majoradas na medida para completar o financiamento das despesas previdenciárias. E por que a despesa com o inativo continua a crescer? Porque o regime de previdência complementar limita o valor dos benefícios da previdência complementar para aqueles que ingressaram após a lei. Então, nós vamos sentir esse efeito na redução da despesa previdenciária decorrente da previdência complementar daqui a uns 20 anos, aproximadamente. Por enquanto, a gente ainda vai ter um crescimento das despesas de inativo. Para isso, para segurar um pouco a despesa de inativos, é tão importante a reforma da previdência aprovada ontem, ainda tem os destaques para

terminar e a sua extensão para estados e municípios. Estamos numa situação onde é muito comum encontrar servidores que vão viver mais tempo na inatividade do que na atividade. Evidentemente isso desbalanceia demais o financiamento para o sistema previdenciário. É preciso, portanto, corrigir um pouco as nossas leis que tratavam de idade e tempo de contribuição. Foram formuladas na década onde a expectativa de vida era muito menor do que a observada hoje. Então, é importante isso e, a partir daí, sim, a gente consegue segurar o crescimento. Por ora, o que pôde ser feito foi dividir melhor o financiamento desses recursos, dessas despesas entre dinheiro de impostos e dinheiro de contribuições.

Próximo. Queria mostrar um pouco esses três últimos componentes de despesa, como eles evoluíram ao longo de tempo e comparar esses três recursos com a receita corrente líquida. Esse gráfico é muito interessante. Percebam que só essas três despesas, Vereador, tiraram da nossa despesa corrente líquida, entre 2015 a 2018, quase seis pontos percentuais. Então, percebam como a evolução dessas três despesas: ônibus, inativos e concessão do lixo, de 2015 a 2018 – aqui embaixo a gente mostra a evolução da receita corrente líquida – antes era 16,4 e passou a 22,2, 6% da receita corrente líquida. Seis por cento da receita corrente líquida hoje, estamos falando de recursos de 3 bilhões de reais por ano. E isso é como essas despesas são tão importantes para serem analisadas, controladas, sob risco de inviabilizar a capacidade futura da Prefeitura em ter recursos para manter os seus equipamentos, renová-los e ampliar a infraestrutura urbana da Cidade.

Assim, feitas as preliminares, como evoluíram as principais receitas e essa visão das principais despesas e aquelas que pressionam o orçamento, como estamos, então? Agora, mostrando como está a nossa Peça Orçamentária para o ano que vem, o Orçamento de 2020. Antes de irmos para os números propriamente dito, apresentaremos o cenário econômico que fundamentou as previsões de receita, especialmente.

- O orador passa a se referir a imagens exibidas em tela de projeção.

O SR. PHILIPPE DUCHATEAU – Pode passar dois *slides*, por favor. Isso. Então, o primeiro deles se refere ao PIB. A Prefeitura não faz estimativa própria de PIB, inflação e juros.

Ela usa o consenso do mercado. Então, aqui é a evolução dos últimos anos do PIB. Em 2019, ainda um crescimento bem modesto de 0,9% e, em 2020, 2%. Esses dados que estou trazendo para os senhores são da última pesquisa Focus publicada nessa semana, no dia 18. Na época da construção da Peça Orçamentária esses números eram um pouquinho diferentes, mas não são nada muito diferentes em relação a esses.

A SRA. SONINHA FRANCINE – Secretário, o que é esse Boletim Focus?

O SR. PHILIPPE DUCHATEAU – Boletim Focus é um boletim que o Banco Central utiliza, que divulga constantemente, quase semanalmente, decorrente de uma pesquisa com os principais agentes econômicos sobre as expectativas deles para o ano com relação a PIB, juros, inflação, câmbio, entre outras variáveis. Ou seja, então, semanalmente o Banco Central monitora como o mercado muda as suas expectativas de crescimento econômico. Por isso que ele acaba sendo uma referência. Não é de uma instituição isolada, é uma média de como o mercado projeta o cenário econômico para os anos à frente. Inflação: 3,3 esse ano, 3,7, a gente teve aquele pico em 2015 e a projeção de inflação: 3,3 e 3,7, é o usado aqui. Selic, esse variou bastante.

Próximo, por favor. As taxas de juros variaram bastante.

Passa mais um por, favor. Desculpa, aqui é a inflação: 3,3 e 3,7.

Mais um, por favor. É a inflação. Desculpem-se, são os juros, 4,5 em 2019; 4,75 em 2020. Ele tem um efeito um pouco mais modesto nas nossas receitas, principalmente decorrentes das aplicações financeiras. Não há nada muito expressivo, mas, de certa forma, é uma variável econômica empregada nas previsões econômicas.

Aqui é mostrada a taxa de desemprego medida pela Pnad. Percebam ainda que isso tem muita influência no consumo e influencia bastante nos serviços. A gente está andando a taxas por volta de 12% ainda de desemprego, bem ainda acima dos patamares antes da crise, que giravam de 6% a 7%, segundo a metodologia da Pnad, e a projeção, para os próximos anos, gira em torno dessa faixa.

Por fim, esse gráfico aqui mostra três variáveis. As colunas mostram o número de

transações sujeitas ao ITBI, transações de compra e venda de imóveis. A linha azul evoluindo aqui é o nosso, é o índice de preços do Fipezap, que, de certa forma, é um índice que pode ser usado como referência para os preços dos imóveis na Cidade. O outro índice é o de preços, o IPCA. Percebam aqui que aquela retomada do ITBI deve-se principalmente a esse índice de preços que está subindo e o número de transações, assim quando a gente coloca em perspectiva também, o número de transações voltando. Então, a gente percebe um ligeiro aquecimento no mercado imobiliário. A gente considerou essa tendência para o ano seguinte.

A SRA. SONINHA FRANCINE – Aquele salto gigante do ITBI é de quando?

O SR. PHILIPPE DUCHATEAU – Foi um mês específico, março de 2015. Então, aconteceu alguma coisa muito pontual. Ele não tem representatividade. Geralmente saem uns *outliers*. Qualquer série histórica geralmente tem pontos fora da curva, mas um mês específico, uma andorinha não faz verão. Então, esse mês específico não houve...

Bom, agora entrando nos números de receitas e despesas do orçamento projetado para 2020, aí fizemos a sempre comparação entre a lei orçamentária. Nas receitas, como a gente vem acompanhando, estamos já em outubro. Nós temos uma previsão atualizada, uma expectativa atualizada das receitas.

Vou começar por baixo aqui. O orçamento previsto para 2020 é 68 bilhões e 968 milhões. É um crescimento de 16% em relação à previsão atualizada, que é de 59 e 200 milhões ou 14% em relação à lei aprovada de 60,5 bilhões. Esse crescimento precisa ser um pouco explicado. Eu queria chamar primeiro atenção para as receitas intraorçamentárias. Olhem como elas estão crescendo bastante. Então, as receitas intraorçamentárias circulam por dentro do orçamento. Então, a contribuição patronal é uma despesa da Prefeitura, da folha, que financia a despesa do Iprem. Então, é uma receita que anda por dentro do orçamento. Ela precisa ser contabilizada, de acordo com a instrução do manual de contabilidade da Secretaria do Tesouro Nacional. Então, ela precisa ser registrada como uma despesa e, ao mesmo tempo, ela é fonte para custear a despesa de inativos, paga pelo Iprem.

Como houve a Reforma da Previdência, onde a receita de contribuição patronal

passou de 22 para 28%, e percebemos esses efeitos desde abril, essa despesa intraorçamentária que circula por dentro aumentou.

Então o número da despesa se não há essa mudança na alíquota, o crescimento da receita ser intra é igual o crescimento da receita total. Mas como houve uma mudança grande, então percebam que as taxas de crescimento são ligeiramente menores quando comparamos com o orçamento do ano anterior, 14% de crescimento, mas receita sem intra é 13%, porque quando foi feita a proposta orçamentária não houve a correção das previsões de despesa decorrente da Reforma da Previdência.

Os outros componentes. A abertura então dessas despesas sem intra entre receitas correntes que são aquelas arrecadas regularmente como impostos e as transferências correntes que vêm do Governo Federal, Estadual e as receitas de capital. Crescimento muito mais significativo nas receitas de capital, especialmente pelo deslocamento no tempo da receita de venda de ativos. Ou seja, a SPTuris que foi prevista no orçamento de 2019 já ajustada. E para 2020 volta a crescer ao patamar mais alto.

E aí alguns outros componentes, vamos até abordá-los aqui, mas esse grande crescimento da receita de capital deve-se principalmente a esse crescimento das receitas de alienação de bens. Também aqui aprovado o projeto de lei da autorização para a venda dos imóveis também tem uma parcela significativa de 300 milhões aproximadamente, que é esperado como receita de capital para o ano que vem.

Agora vamos decompor um pouco essas principais receitas correntes. Estão aqui os principais impostos, ISS, IPTU, ITBI, ICMS e IPVA. A previsão deles é 16 bilhões e 700 para o ISS; 10 bilhões e 300 para o IPTU; 2 e 200 para o ITBI; ICMS, 8 e 32 e IPVA, 2 e 725. Estão aqui os crescimentos em relação à previsão de 2019 e os crescimentos em relação ao orçamento aprovado no ano anterior.

Então continuamos com o ISS crescendo bem em linha com os anos anteriores de 8%, considerada a previsão para o fechamento desse exercício. IPTU menos, como estávamos dizendo, essas taxas de crescimento do IPTU ao longo dos anos vão se aproximando dos

índices inflacionários, então há aí um crescimento um pouco menor. ITBI, por volta de 4% e o ICMS e IPVA, 5%, destaque para o IPVA que percebemos no período mais recente uma retomada no preço dos veículos.

No orçamento, aqui no próximo slide, é o destaque para aquelas receitas que não são recorrentes, que não tem a continuidade no tempo. Renovamos recentemente o contrato da exclusividade do pagamento da folha e fornecedores, o contrato já está assinado, então esse valor de 930 milhões é líquido e certo da sua entrada já em janeiro de 2020.

Operações de crédito, 675 milhões, sejam aquelas já assinadas, sejam aquelas que já contam com lei autorizativa aprovada pela Câmara. E as receitas de desestatização, alienação de bens, 1 e 376, junto com as concessões. Aqui estamos falando de Zona Azul; cemitérios; as concessões de menor vulto, que são dos parques; a concessão prevista para o Autódromo de Interlagos. Os valores todos alcançam 1,5 bilhão, perfazendo 2 bilhões e 921 de receitas de desestatização, necessariamente vinculadas ao Fundo de Desenvolvimento Social que precisa gastar com recursos de investimento para as áreas determinadas pela lei.

Agora para despesa. Aqui os principais agrupamentos da despesa. Despesa de pessoal; outras despesas correntes; investimentos; inversões financeiras; serviço da dívida, aqui embutido juros e amortização da dívida. Sentenças judiciais, estamos aqui falando de precatórios e todo ano colocamos lá os 220 milhões de reserva de contingência e aquela da intraorçamentária.

A intraorçamentária ainda tem um impacto expressivo em relação ao disponível neste ano, primeiro porque o disponível ainda não está ajustado, mas ainda tem um efeito grande de crescimento por causa do efeito 12 meses da contribuição do patronal, enquanto no ano anterior a contribuição patronal foi majorada de 22 para 28, em abril.

Pessoal crescendo 9% e aí de novo, quando decompomos ativo e inativo - aquilo que mencionei aos senhores - continuam as taxas chinesas de crescimento para despesa com servidores, continua sendo uma forte pressão ao orçamento da Cidade.

Outras despesas correntes. Aqui vem o custeio das atividades, dos serviços

públicos crescendo também a 9% em relação ao disponível deste ano, ou 10% em relação ao orçamento.

Os investimentos. Aí tem um crescimento bastante robusto de 7 bilhões e 200, 32% maior em relação à lei aprovada no ano anterior e 80% maior se considerarmos esse disponível do ano. O investimento este ano está menor porque boa parte das fontes que o financiavam foram frustradas e vamos ver mais a frente.

Serviço da dívida é o pagamento de juros e encargos da dívida. Então passa de 3 e 400 para 4 e duzentos. Por que esse crescimento tão grande? Aqui vale também uma observação que ajuda a explicar o crescimento do orçamento. Estamos atendendo uma determinação, uma recomendação do Tribunal de Contas para contabilizar receitas de levantamentos de depósitos judiciais voltados ao pagamento de precatórios pelo valor bruto.

Vou explicar melhor. Como vínhamos fazendo até este exercício? Há os ingressos de novos depósitos judiciais e os levantamentos. Ou seja, as pessoas retiram ou porque a causa foi resolvida ou porque não tem mais a necessidade de manter os depósitos judiciais, as pessoas retiram os depósitos judiciais. Nós contabilizamos os 70%, quando o depósito judicial tem numa ação onde a Prefeitura é parte, esses 70% podemos levantar. Então esse movimento de ingressos menos as saídas é registrado como uma receita líquida, pelo valor líquida, a diferença entre entradas e saídas.

E o Tribunal de Contas nos recomendou que fizéssemos diferente, que todo o ingresso fosse registrado como receita e toda a nossa necessidade de recompor o Fundo de Reserva em função dos levantamentos, das retiradas dos depósitos judiciais fossem registrados como despesa. Então esse crescimento de 20% se explica meramente por causa desse efeito contábil.

Ou seja, há uma despesa agora associada aqui que antes não tinha, mesmo entre recursos idênticos aos recursos que são retirados dos depósitos judiciais. Agora temos uma receita e uma despesa, portanto, no lado da despesa esse crescimento de aproximadamente 760 milhões, e é isso que explica esse crescimento da ordem de 20% em relação à lei

autorizada neste ano.

Acho que passei pelos principais pontos, depois posso tratar de alguma dúvida específica. Aqui quero mostrar porque então esse crescimento das contribuições previdenciárias. A do servidor não é intra, vai direto para o Iprem, mas a patronal é esse efeito, é uma despesa dos encargos da Folha e ao mesmo tempo uma receita do Iprem. Então está crescendo de 2 e 531, que é a previsão para este ano, para 2 e 820, 35% especialmente por causa desses efeitos que mencionei da majoração da contribuição patronal a partir de abril deste ano, enquanto para o ano de 2020 esse efeito de 28% é cheio.

Agora a evolução das principais funções. Voltamos a dizer, nós sabemos que a Câmara programou uma série de audiências temáticas com as secretarias e também regionais nas subprefeituras. Então trazemos aqui as principais, mesmo porque se fôssemos detalhar o que compõe cada parte do orçamento não sairíamos daqui hoje. Então estamos trazendo aquelas principais funções que compõem o nosso orçamento.

Função Educação. Crescimento de 9,4%, bastante expressivo, 12 e 853 para 14 bilhões e 60.

Função Saúde. Mais, 12 bilhões e 90 contra a projeção deste ano que fica em 10 bilhões e 489, talvez suba um pouquinho se conseguirmos receitas do Governo Federal. Crescimento de 15% em relação aos recursos aprovados na lei orçamentária deste ano.

Assistência Social. Também, 1 bilhão e 600. Ou seja, de uma lei aprovada de 1 bilhão e 500, um crescimento de 7% para 1 bilhão e 612.

Esse aqui é uma arte que preparamos para mostrar como o orçamento é dividido pelas várias funções do Estado aplicadas aqui à Prefeitura. A Educação, 14,1 bilhões; a Saúde, 11,9 bilhões. Estamos passando pelas principais funções. Previdência, daqui a pouco a Previdência tende a ser a segunda maior função no Estado. Encargos Especiais, aqui estamos falando principalmente dos pagamentos de dívida, precatório, patronal, essa contribuição para financiar a Previdência. Urbanismo, sete bilhões e meio, um crescimento bastante expressivo neste ano com as ações de zeladoria. Transporte, 4,8 bilhões.

E aí as demais funções, Habitação, 1,7; Assistência Social, 1,6; Cultura, 610; saneamento, 742 milhões; Segurança, 733, enfim, esta é uma tentativa de representar como o orçamento é fatiado nas diferentes funções dos serviços.

E para terminar a apresentação, chegar ao finalmente, Presidente, aquele gráfico que mostrei anteriormente, como aquelas despesas comprimiam as nossas receitas, como é que elas evoluem para o ano seguinte. As despesas com inativo, desculpa, as despesas com insuficiência voltam a crescer menos do que vinham crescendo em relação aos anos anteriores, passam uns 400 milhões a mais e estamos procurando manter o valor necessário para a subvencionar o sistema de transporte, o valor de impostos voltados a subvencionar o sistema de transporte no patamar de 2 bilhões e 200, para controlar essa pressão. E as despesas de varrição, reajustes dos contratos – volto a dizer -, varrição e concessão de lixo, segurando aí por volta de 2 e 200.

Então com o nosso crescimento da receita corrente líquida de 51 para 55, quase 52 para 55 e 700, nós continuamos nessa jornada de abrir espaço das receitas correntes para financiar os investimentos. Melhorar a qualidade do gasto público sem prejuízo – volto a dizer – das principais funções. Os senhores viram como cresceu as funções Educação, Saúde, Assistência, Habitação sobe muito em relação ao aprovado neste ano, mas controlando principalmente essas que mencionamos para que também tenhamos mais recursos disponíveis para financiar os investimentos.

E agora chegamos ao nosso último slide que mostra um pouco isso. A primeira linha aqui é o conjunto de investimentos e inversões. Inversão financeira é aquele recurso que aporta nas empresas, especialmente para arcar com investimentos delas. É um valor menor, mas enfim, tem a finalidade parecida com a finalidade de investimentos.

Então vejam: em 2018 nós investimos na casa de 2 bilhões e 44; 2019, estamos com uma dotação disponível de 4 bilhões e 100 e 2020, passamos para 7 bilhões e meio. Como estamos financiando esse investimento, quais os recursos que financiam isso? 149 milhões foram os ingressos de recursos de financiamento. Não houve qualquer alienação de

bens voltados à desestatização, daquele Fundo voltado para isso.

Transferência de capital. Deve necessariamente ser empregada em investimentos, 712 milhões arrecadados, em 2018, e sabemos que boa parte é aquele contrato que mostrei anteriormente com a Sabesp, aquela receita que giramos por volta de 400 milhões. O resto são as transferências, convênio com o Estado ou com a União.

E outras de capital. Aqui estamos falando principalmente de outorga onerosa e Cepacs. Em 2018, só tinha outorga onerosa, 417 milhões. Ou seja, em 2018, tivemos apenas 700 milhões de recursos correntes como fonte para financiar o patamar de 2 bilhões e 44. Já, em 2019, com aqueles ajustes que mostrei no gráfico anterior, já conseguimos aumentar a capacidade de investimento aumentando significativamente os recursos arrecadados de forma corrente para financiar a despesa. Então passou para 2 bilhões e meio e esse crescimento continua na projeção para 2020, 3 bilhões e 29 de poupança corrente, ou seja, as receitas menos as despesas correntes, e consegue então sobrar para fazer os investimentos tão necessários à manutenção dos equipamentos públicos, sua ampliação ou as melhorias na infraestrutura urbana da Cidade.

Presidente, por último quero dizer então que é isso. Volto a dizer que sabendo da sequência de audiências para discutir cada pasta especificamente ou as áreas correlatas, procuramos aqui mostrar os grandes números, os grandes componentes de receita e na despesa essa outra visão pelo tipo de gasto – pessoal, dívida, precatórios, investimentos, despesas correntes. E esse esforço para melhorar a qualidade do gasto e explicar a evolução do orçamento de 2020 em relação aos números apresentados e previstos para esse ano.

Fico à disposição para dúvidas da plateia e dos Vereadores.

A SRA. SONINHA FRANCINE – Secretário e Presidente, eu fiz uma pergunta que ficou sem resposta, mas a assessoria da Comissão prontamente me mandou a seguinte informação: a lei 16.098/2014, que foi a que previu aumento da alíquota do ITBU de 2 para 3%. Pela lei, esse aumento passaria a vigorar em 30 de março de 2015. E aí, em março de 2015, o que aconteceu foi que a arrecadação de ITBI cresceu 242,5%. Quer dizer, as pessoas

aproveitaram o último prazo possível para pagar a alíquota de 2% antes que passasse para 3%. Quer dizer, nesse momento de *fake news*, se a gente espalhar que vai passar para 4%, vai dar uma arrecadação súbita fabulosa, né.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Quero aproveitar para anunciar a presença da Vereadora Juliana Cardoso e do Vereador Eduardo Suplicy, e convidá-los para a Mesa.

O Vereador Paulo Frange tem uma observação?

O SR. PAULO FRANGE – Presidente, antes de iniciar os trabalhos, eu pediria para poder apresentar a lâmina nº 13. Aproveitar, Secretário Philippe, que aqui tem Vereadores do mandado anterior e de outros mandatos, os mais antigos, e tem Vereadores do primeiro mandato. E muitos de vocês participaram de duas leis, ou três, que foram as mais importantes nos nossos marcos legais nos últimos anos. Apenas, Secretário, para que a gente possa fazer... Vereador Suplicy, Vereadora Juliana, é só para a gente poder apresentar aqui... Veja, o que aconteceu? Que coisa é essa que a gente conversa com todos os construtores da cidade, ninguém quer fazer nada, todo mundo está reclamando, não vende, não compra, não produz, reclama, reclama, reclama, e nós nunca batemos tanto dinheiro de outorga onerosa no caixa como agora. Só em 2019, até 656 milhões. Está uma média de 57 milhões por mês. É uma coisa realmente espantosa. Ora, de onde é o milagre?

O milagre é o seguinte, gente: até 2014, a cidade de São Paulo tinha um plano diretor que era de 2002 e uma lei de zoneamento que era de 2004. E nós tínhamos coeficiente de aproveitamento de 1, 1,5, 2, 2,5, e a cidade era uma colcha de retalho com 31 cartilhas, cada região com a sua lei de zoneamento. Era uma bagunça, era uma colcha de retalhos. Mas era o que era possível naquela época. O que aconteceu em 2014: esta Casa votou que a cidade inteira tinha coeficiente de aproveitamento 1 – para ninguém mais teria diferença; todo mundo tinha direito de construir uma vez a área do seu terreno, sem pagar nada. Daí para frente, todo mundo tinha que pagar. Portanto, esse que não pagava até 1,5, 2, 2,5, todos tiveram que passar a pagar. O que aconteceu?

Em 2015 também não produzimos. Em 2016 não produzimos. Por que não produzimos? Nós tínhamos um plano diretor com uma lei de zoneamento de 2004. Como é que o mercado vai fazer? Imóvel com uma lei antiga e uma diretriz nova para o futuro. o mercado ficou parado em 2015 e em 2016. Nesse mesmo momento, o mercado ficou de cabeça para baixo, econômico, e nós ficamos com um PIB de menos três. A gente sentia isso nas audiências públicas. E eu insisto em falar isso porque eu sou oriundo da Comissão de Política Urbana, e, nas 51 audiências públicas que nós fizemos, a gente dizia assim: “Olha, é o melhor marco para que a gente possa regular o uso do solo e é uma poderosa ferramenta de desenvolvimento econômico. As pessoas não entendiam isso.

Olha o que acontece: em 2016, aprova a lei de zoneamento já no meio do ano, e num ano de eleição. Em 2017, começou o governo novo. Quando começou o governo novo, que todo mundo imaginou que ia começar a poder comprar e fazer, vem o anúncio do governo dizendo: “Vamos mudar as regras da lei de zoneamento e plano diretor”. O que o mercado fez, não sendo bobo? Parou, ficou acompanhando. A economia mal, sem crescimento econômico, aliado à uma expectativa de que amanhã pode chegar na Câmara para mudar tudo isso. Não pode. Está lei dizendo que só pode em 2021, sob pena de a gente ir parar na Riachuelo e discutir isso no Ministério Público. O que aconteceu naquele ano?

Em 2017, o mercado ficou em expectativa. Eu, o dia todo, atendendo telefone do pessoal dizendo que dia que chega a lei. Não chega a lei. Em 2018 da mesma forma. O Prefeito Bruno Covas foi sensato, continuou mantendo em *standby* essa situação. E aí o que acontece: quando começa a reagir o mercado e todos aqueles processos que estavam protocolados tinham que começar a andar, começaram a ter que aprovar as suas plantas, e, portanto, pagar a outorga. Quando começa a pagar a outorga, ninguém pagava mais a outorga a partir de 2,5, começaram a pagar a partir de 1. O que acontece? Uma grande arrecadação, que foi um *boom*. Então esse aumento de 200 e poucos para 656 é exatamente esses que compraram outorga de 1 até 2,5, ou de 1 para 4, que é uma grande parte. Por que é uma grande parte? Porque os eixos ficaram liberados na lei. A lei excepcionalizou por três anos que,

nos eixos, nós poderíamos construir até quatro vezes, inclusive não cumprimento a regra da empresa garagens. O mercado foi para cima dos eixos. Essa quantidade enorme de prédios novos que vocês estão vendo, onde tem corredor de ônibus ou estação de metrô – os apartamentinhos de dois dormitórios. Isso deu esse impacto.

Eu faço esse comentário, Secretário, só para a gente poder valorizar o papel do parlamento. A Câmara foi muito importante nessas decisões. Os 55 Vereadores, não somente naquele momento mas também em seguida, consolidaram essa mudança na lei. E a pressão externa para que a gente não fizesse essa mudança era muito grande. Nós ficamos igual as primeiras cidades do primeiro mundo. E, portanto, hoje, nós começamos a ter um orçamento que nos aproxima de cidades de boa qualidade do primeiro mundo também – embora o nosso orçamento de São Paulo ainda esteja distante de Nova Iorque, esteja distante de Tóquio; mas a gente já começa a dar sinais de que aqui deixou de ser um país tupiniquim com uma cidade pequena. Hoje, nós já temos característica, pelo menos, de diretriz nova para futuro.

É importante essa manifestação porque explica por que tanto dinheiro em outorga onerosa. E aí o Prefeito Bruno Covas imediatamente libera a construção da ponte de Pirituba – 386 milhões. Diz “olha, podemos fazer com o dinheiro do Fundurb”. Claro que pode. É infraestrutura. E tem dinheiro. Fundurb está com mais de 900 milhões em caixa. Portanto, tem dinheiro, sim, não é coisa de fanfarrão, é coisa de Prefeito que está executando. E tem dinheiro em caixa. Tem dinheiro em caixa porque aqui, nos debates, ao longo de 50 audiências públicas, nós produzimos esse resultado.

Secretário Philippe, é apenas uma informação da série histórica. Essa é a única vantagem que a gente tem de envelhecer: a gente conhece um pouquinho da história.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Obrigado, Vereador Paulo Frange.

Eu quero franquear a palavra ao Sr. Marcos Chust, agente de fiscalização do TCM. Em seguida, seguindo um combinado, uma consulta rápida aos Vereadores, a gente poderia abrir a palavra para o público; e, em seguida, a Mesa falaria.

O SR. EDUARDO MATARAZZO SUPPLY – Sr. Presidente, como eu tenho compromisso, se eu posso deixar uma pergunta para o Secretário da Fazenda, a hora que puder, responder.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Rapidamente.

Em seguida, o Marcos Chust.

O SR. EDUARDO MATARAZZO SUPPLY – Prezado Secretário Philippe Duchateau, pergunto se, ao escolher alguma instituição, empresa, parque, terreno, etc, para aumentar a disponibilidade de recursos para investimentos, como foi apresentado há pouco, ou despesas, se se faz um balanço cuidadoso... se uma melhor gestão daquela unidade, que, digamos, foi objeto escolhido para ser privatizado. Se uma melhor gestão daquela unidade da qual se abre mão não iria gerar receitas significativas para a administração municipal. É a pergunta que eu deixo. Se pelo menos esse cuidado está sendo tomado.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Obrigado, Vereador Suply.

Sr. Marcos, por favor.

O SR. MARCOS CHUST – Bom dia a todos.

O Tribunal de Contas ainda está analisando a peça orçamentária, mas, nessa análise, já surgiram algumas questões – e queria ouvir a posição da Secretaria da Fazenda. Uma delas tem relação com o IPTU. Nós fizemos alguns cálculos com a arrecadação até setembro, fizemos projeções, e a gente não está conseguindo enxergar um aumento nominal da arrecadação de 2019, comparando com o projeto, de mais de 2% nominal. Então eu queria saber se realmente está subestimado esse valor, porque, como foi apresentado aqui, o IPCA foi de 3,7%. É de se esperar que os carnês do IPTU de 2020 cheguem com algo parecido. E ainda, pelo que foi dito, tem ajustes da planta genérica de valores, do 10 e 15%, que também fazem elevar o IPTU. Então uma das questões que eu queria saber é se realmente está um pouco subestimado ou se é isso mesmo.

Uma segunda questão: estão sendo previstos investimentos da ordem de 7 bilhões e 300. A gente também, olhando os investimentos que foram realizados até setembro, e

fazendo projeções com base no comportamento de 2018, nós não estamos chegando num número maior do que 2,2 bilhões de investimentos em 2019. Daí que há um aumento de quase 5 bilhões nos investimentos. É uma meta audaciosa. E que está suportada, de uma certa forma, no programa de desestatização. Então só para resumir: estão sendo previstos cerca de 2,9 bilhões no programa de desestatização, que, em tese, estariam bancando uma grande parte desses investimentos. O que ocorre é que a gente não consegue – pelo menos, o Tribunal não teve acesso... no projeto de lei, não tem documentação firme para sustentar esses 2,9 bilhões. Eu até sei que existem questões de sigilo, porquanto as licitações ainda vão ser efetuadas – algumas de concessão e de alienação. Mas acho que, no mínimo, o Tribunal deveria ter acesso documental para sustentar esse valor de 3 bilhões, que, repito, está, de alguma forma, sustentando essa previsão de 7 bilhões nos investimentos.

Eu vou voltar a falar um pouco de investimento, mantendo na parte da receita.

Nas transferências de capital da União, até setembro de 2019, foram arrecadados somente 5 milhões de reais, que é um valor baixíssimo para um município como São Paulo receber da União. Mas tem 492 milhões previstos no projeto. A transferência de capital da União tem sempre ficado muito abaixo das previsões. Então a pergunta é: é factível, realmente, receber da União 492 milhões de reais o ano que vem?

Voltando para a parte de investimentos.

As duas maiores despesas de investimentos que estão sendo previstas são o Programa Asfalto Novo, com 1 bilhão, 164 milhões; e a reforma e a acessibilidade de passeios públicos: mais 556 milhões para investimento. A minha pergunta, em relação ao Asfalto Novo, é a seguinte: até setembro, foram gastos 75 milhões de reais com o Programa Asfalto Novo. Eu peço até para confirmar esse valor, porque essas dotações têm uma certa confusão, porque tem recapeamento em pavimentação, o que é asfalto novo, o que não é asfalto novo. Mas eu tenho esse número de 75 milhões, que eu queria que fosse confirmado. E perguntar se é viável partir de 75 milhões para 1 bilhão, 164 milhões. E se isso, inclusive, é viável do ponto de vista operacional da cidade, porque eu não vejo como asfaltar a cidade inteira ao mesmo tempo. Aí

é uma questão que foge um pouco da parte financeira, mas eu faço essa pergunta. Em 2018, foram gastos 273 milhões com asfalto novo, e a cidade já teve... assim, ficaram visíveis as obras para o asfalto novo.

Quanto à reforma e à acessibilidade em passeios públicos, só tem um gasto registrado de três milhões de reais. Até setembro de 2019, estão sendo previstos 556 milhões. Também é um aumento muito expressivo. Gostaria de saber se isso realmente é viável.

E como último assunto, a questão dos créditos adicionais que está sendo colocada na lei. Isso já acontece há muitos e muitos anos, que são as exclusões, o limite de crédito adicionais de 10%. Na prática, elas não existem, né, porque as exclusões ao limite são muito fortes, então a movimentação fica muito liberada, vamos dizer assim.

Então são essas três questões que o Tribunal levanta, em princípio; mas sem prejuízo de voltarmos aqui com mais questões, futuramente, quando terminarmos a análise da peça.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Quero anunciar a todos que as contribuições, as demandas ao orçamento, podem ser registradas nesse formulário, ou pelo site que eu já anunciei. E o formulário já está à disposição, na nossa mesa.

Peço também que aqueles que farão uso da palavra também preencham o mesmo formulário com a demanda e deixe com os nossos assessores.

Quero combinar três minutos para cada fala. E, após dois minutos e meio, vou tocar a sirene, que aí é para a pessoa já preparar para a conclusão, nos outros 30 segundos, ok.

A SRA. JULIANA CARDOSO – E aí a plateia e a gente ou só vai o público e depois a gente, no final? É isso? Só para eu poder me organizar aqui.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Podemos fazer três para um?

A SRA. JULIANA CARDOSO – Tá.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Está bom.

O primeiro inscrito é o Sr. Fábio Siqueira, da entidade MR Conap.

O SR. FÁBIO SIQUEIRA – Bom dia, estimados conterrâneos, moradores da cidade

de São Paulo. Bom dia, senhores e senhoras Vereadoras, Sr. Secretário, representante do Tribunal de Contas, público presente.

Pelo 18º ano, o movimento dos conselheiros do orçamento participativo se fazem presentes para iniciar a discussão da peça orçamentária para o ano posterior.

Lamentavelmente, na apresentação do Sr. Secretário não foram tratadas questões específicas, como, por exemplo, o fracasso das audiências públicas nos bairros, que foram realizadas no mês de julho. Para vocês terem uma ideia, na região do Ipiranga, que são três distritos – Ipiranga, Sacomã e Cursino –, está registrado que participaram somente duas pessoas. Ou seja, não corresponde nem mesmo a um representante em cada distrito. Então realmente o número de participantes presenciais, que não chegam a 2100 pessoas, parece que menor que os últimos anos, realmente mostra que esse Governo Bruno Covas não está interessado nem um pouco na participação popular, na difusão das práticas de conhecimento do orçamento e muito menos no controle social e na transparência.

Outro fato que prova isso, e o Tribunal de Contas e os Vereadores deveriam se debruçar sobre isso, é referente às contribuições.

Na própria lei que estamos discutindo hoje, o projeto, foram registradas 4.569 contribuições nas 32 audiências de julho. Estranhamento, não se lê nenhuma dessas mais de 4.500 na peça orçamentária. Ou seja, o público faz a sua proposta e não vê inscrita nenhuma das suas propostas. Não é injusto isso? Sendo que, em peças orçamentárias anteriores, havia, sim, o *index* das propostas, porque quem tem que deliberar ou não se vai entrar são os Vereadores, agora, nessa segunda fase, não é mais o Executivo. Cabe ao Executivo listar quais foram as propostas de Aricanduva, Campo Limpo, Itaquera, Vila Mariana. Infelizmente, continua uma prática repetida de exclusão do povo do orçamento.

Isso se revela de uma maneira muito cruel na questão do orçamento – que também não foi apresentado – regionalizado. Observa-se, por exemplo, que a região de Itaquera perdeu 8 milhões no orçamento do último ano, que agora é menor do que Vila Mariana. Será que a população de Itaquera enriqueceu e a população de Vila Mariana-Moema empobreceu?

Esse orçamento não está sendo visto pelo critério redistributivo social, que faz parte da lei federal.

Por conclusão, pergunto ao Tribunal de Contas por que não colocou a planilha detalhada de equipamentos educacionais neste ano. Depois de 10 anos essa planilha sumiu do orçamento. É possível, antes da audiência específica de educação, enviar essa planilha dos equipamentos educacionais? Porque isso é um prejuízo à compreensão orçamentária.

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Obrigado, Sr. Fábio.

O próximo inscrito é o Sr. Rudi, da Cooperativa Paulista de Teatro.

O SR. RUDI FRAN – Eu não sei há quantos anos a gente vem aqui. Venho para reivindicar recursos para a Cultura.

Vou me dirigir ao Secretário da Fazenda, porque é o que tem a chave do cofre, é o homem do dinheiro. O senhor mostrou para a gente a série histórica do orçamento da Cidade. Eu não consigo compreender uma matemática com relação à cultura.

É curioso: se o orçamento está previsto para 68 bilhões, como em 2016, por exemplo, o orçamento da cultura chegou em 508 milhões? E agora, como ele volta para um patamar de 430 milhões? Eu queria compreender isso melhor. Porque isso só significa o quê, Secretário? Que você não dão a menor pelota para a cultura, nem citada foi aqui na sua apresentação.

Eu tenho a impressão que cultura significa o direito à cidadania, à reflexão, à disputa de pensamento de um país, de uma Cidade. Como é que pode a maior Cidade do país não dar 1% para a área da cultura? Para a Pasta da Cultura. Não adianta vierem com a conversa “a função cultural...”. a função cultura não é a Pasta da cultura. É diferente.

Então, eu reivindico aos senhores a sensibilidade para entenderem que a cultura é importante para qualquer país, para qualquer cidadão. É importante para os artistas, para a Cidade, e essa cidade hoje trata a cultura como qualquer coisa. Essa gestão não tem nenhuma preocupação com a Cultura.

Como é que a gente sabe a importância que uma gestão dá para a área da Cultura? Através da sua peça orçamentária. Se você não tem 1% no orçamento, significa que não há nenhuma prioridade com relação a isso. E neste ano começam as disputas eleitorais para a Cidade. Vai ser uma disputa diferente. Vai ser uma corrida rápida. Será uma eleição de 30 dias. Prestem atenção nisso. Não é possível que nem por uma questão tática a gestão não compreenda a cultura como essencial, como prioridade. Quanto mais cultura, menos gente doente; quanto mais cultura, menos gastos no hospital o senhor vai ter.

Estou falando com todo o respeito e defendendo a área que milito hoje. Estou pedindo os senhores que tenham um pouco de sensibilidade com relação a isso. Se não puderem isso, que sejam, pelo menos, táticos porque precisarão de votos para ganhar as eleições.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Obrigado, Sr. Rudi.

O próximo inscrito é o Sr. Pirata, do Fórum de Hip Hop.

O SR. ANDRÉ LUIZ DOS SANTOS (RAPPER PIRATA) – Quem é da cultura aqui levanta a mão? (Pausa) Secretário, eu tenho uma dúvida sobre com qual orçamento eu dialogo? Primeiro, esse governo precisa falar com a população; ele não conversou já faz três anos e continua não dialogando, pela internet é virtual.

Eu queria entender uma coisa só: foi apresentada uma coisa da função cultura, mas no orçamento é 700; já a Assistência Social tem 1 bilhão e 900. Você nos mostrou valores menores. Eu quero saber em que eu acredito porque ler o bagulho já é difícil, ainda com essas tabelas. E tem uma pergunta que ronda São Paulo já faz um ano: o que estão fazendo com 12 bilhões em caixa? Vocês se esforçam demais para falar que tem crise! Mesmo vocês com toda essa estratégia, os dados não mentem. Eles só evoluem. Daí, fica uma confusão matemática para a população não entender, mas a gente aprendeu a ler.

A gente precisa investimento na área da cultura seriamente, porque eu sei que o Secretário de Cultura joga a bola “o pessoal das finanças não liberou”, mas ele também não

gastou o dinheiro da cultura, porque ele está gastando para uma classe, mas não para a classe chamada periferia. Periferia, faça barulho.

- Manifestação da plateia.

O SR. ANDRÉ LUIZ DOS SANTOS (RAPPER PIRATA) – Secretário de Gestão da Secretaria de Governo converse com o pessoal da área da Cultura. Essa é a nossa estratégia de cultura para a Cidade. Essa é do Hip Hop. Tem outras áreas da capoeira que não está no orçamento, que é lei; tem o pessoal do forró, o pessoal do teatro, do rock, as discussões das políticas culturais dos pretos, que não tem que chama de cultura negra; não tem cultura negra; não estão os caras do samba; não está o pessoal da cultura. Mas, dentro da Secretaria de Cultura, tem a indústria cultural através de produtores.

Por que o produtor tem acesso e eu não tenho acesso? É simples o que eu quero falar. É uma informação rápida, mas as pessoas entram na Virada Cultural, se cadastram na internet, mas não participam. E o pessoal da produtora garante os artistas deles.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Obrigado, Rapper Pirata.

A próxima inscrita é a Vereadora Juliana Cardoso.

A SRA. JULIANA CARDOSO – Obrigada. Boa tarde.

Eu queria dialogar com o Secretário, claro, o primeiro assunto é a cultura, porque a gente sabe que desde que o Doria chegou, como Prefeito da Cidade, vem fazendo cortes significativos na cultura, principalmente, nas periferias, onde a gente tem a presença policial, a violência, a falta de políticas públicas. Quando se corta a área de cultura nesses lugares mais periféricos, você está desestimulando a vida.

Daí, a gente junta com a Assistência Social, Secretário, dentro desse *slide* que o senhor mostrou para nós, no item 19, ele traz: de 2014 a 2018, apresenta o valor empenhado, que significa o valor que é pago, que é executado; em 2019, tem um valor empenhado e/ou disponível; esse disponível foi apresentado agora no segundo semestre; não haverá tempo hábil para poder fazer a execução inteira desse recurso de 2019.

Então, a gente precisa ser honesto, na hora em que faz a apresentação, até para

não confundir, porque já pensar em orçamento, discutir o orçamento já não é fácil, e se vem com coisas que não estão claras, a gente precisa dialogar.

Referente, também, às Subprefeituras. Hoje, as Subprefeituras das regiões periféricas tiveram cortes significativos. Daí, se coloca 40% para a Praça da Sé e para Vila Mariana; a primeira envolve a questão da higienização, não é, porque isso é para poderem jogar água nos moradores e na população de rua; não é para se pensar em políticas públicas de zeladoria, combinado com as outras Secretarias, enquanto se aumenta a higienização por um lado, por outro se diminui a assistência social. Isso é meio estranho. Então, temos 40% do orçamento a mais do que foi feito para Sé e para Vila Mariana. Lá na Cidade Tiradentes, como já foi colocado houve um corte significativo.

E outro assunto: uma das maiores crises econômicas, com altas taxas de desemprego, como a gente sabe, e o Prefeito vai gastar 78 milhões em fiscalização de vendedores de rua, ou seja, colocar recursos para bater em pessoas que são ambulantes.

Qual é o tipo de política que a Secretaria do Trabalho poderia conduzir? Só o “Tô Legal” não ajuda. Aliás, ele está mais atrapalhando. Quem é de Subprefeitura e entra no sistema, ele não está nada legal.

Então, quanto é que a Prefeitura está orçando para políticas públicas de geração de emprego? Eu quero saber como está Assistência, Trabalho e Relações, que vão desenvolver trabalhos mais sociais.

A gente tem um crescimento de 68 bilhões de reais, e esses recursos estão ficando só para a infraestrutura, quer dizer, asfalto, manutenção. Tem um aumento de 34%. Será que a gente precisa equilibrar isso? A gente precisa ter asfalto, mas também precisa ter o ser humano, que passa pelas pastas sociais.

Muito obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Obrigado, Vereadora Juliana.

O Secretário propôs responder a cada bloco rapidamente, porque assim ele terá condição de não perder nenhum questionamento. Tem a palavra o Secretário.

O SR. PHILIPPE DUCHATEAU – Bom, pela ordem das colocações, o nosso Senador Vereador Suplicy apresentou se na concessão dos equipamentos, parques, etc. a gente leva em consideração não só as receitas com a concessão em si, mas, também, as economias que isso pode gerar para a Prefeitura e, sim, acho que o efeito mais evidente é a concessão do Estádio do Pacaembu.

Mais do que a outorga específica que a concessão gera, na medida em que esse equipamento passa a ser gerido por uma empresa, as suas receitas são geradoras de ISS, e a Prefeitura se desobriga a reservar uma parcela do seu orçamento para sustentação daquele equipamento, com as adequações.

Então, a iniciativa privada, nessas parcerias, tem uma possibilidade de respeitando o patrimônio arqueológico e o patrimônio cultural dos equipamentos e fazendo as devidas manutenções e sustentações, abrindo aquele equipamento para a população, como as autorizações na Câmara determinam, consegue gerar uma receita com o uso daquele espaço de forma a pagar ISS e fazer com que a Prefeitura se desobrigue de despesa de custeio, que não é a finalidade maior, prioritária, do Poder Público. Isso, em primeiro lugar.

Os comentários do Doutor do Tribunal de Contas: a primeira preocupação dele sobre a projeção do IPTU. A sua preocupação de que ele teria observado o ritmo recente nos últimos anos e que estaria subestimado.

Bom, nós acreditamos que não. Como eu disse, anteriormente, a gente percebe que as taxas de crescimento do IPTU por aquela razão que eu disse da saída das pessoas da faixa do aproveitamento do benefício das travas, do teto dos 10%, tende a diminuir o crescimento. E o IPTU também tem uma boa parcela da sua receita derivada de arrecadação de exercícios anteriores que também vem diminuindo.

Então, o crescimento projetado para 2020 em relação ao orçamento atual ou mesmo o número que a gente apresentou aqui da projeção é o investimento adequado por essas razões que eu mencionei.

Quanto aos 7 bi 300 e como eles se financiam, 2 bi 900, não é? Sim, a gente pode

demonstrar, evidentemente, os itens que o compõem, do programa de desestatização, e foi aquilo que eu mencionei: há o Projeto de Lei autorizado para a venda dos imóveis. Isso pode gerar por volta de 350 milhões aproximadamente; há a SPTuris a gente vem discutindo com o próprio Tribunal de Contas o valor mínimo necessário de avaliação para a reabertura da venda da empresa e o seu maior ativo que é o Parque Anhembi; as concessões dos parques, do mercadão, Zona Azul, Interlagos e Cemitérios. Esse é um conjunto de concessões e alienações que geram 2 bi e 900 milhões, estão nas intenções.

O Prefeito Doria, o Vice Bruno, e, agora, atual Prefeito, se comprometeram com isso na campanha. Então, não houve, até agora, o Pacaembu e os Mercadões da Lapa foram concedidos; o Parque Ibirapuera está em vias de terminar o processo de concessão e os demais que eu citei estão na expectativa que ficou para 2020.

Quanto às transferências de capital da União, vale lembrar que este ano o orçamento era de 800 milhões, e a gente foi muito rigoroso com todas as Secretarias que sugerem os possíveis convênios que é por onde vêm as transferências de capital da União e, também, do próprio Governo do Estado de São Paulo.

Então, essa visão mais realista fez com que, em vez de orçar 800 milhões, orçássemos valores por volta de 400 milhões. É exequível. De fato, estamos observando uma série de dificuldades no pagamento das obrigações da transferência decorrente das medições. A gente tem casos da liberação de recursos da União e da Caixa, mas nós temos compromisso, um convênio assinado. Como é que a gente pode na hora de estimar o orçamento, não prever o recurso que vem de acordo com a programação do convênio? Mas é um ponto de atenção que a gente tem que tomar cuidado ao longo do ano, para fazer valer as obrigações assumidas e pactuadas nos convênios.

Quanto à capacidade de execução do asfalto novo, não. Os recursos, principalmente, do asfalto novo, foram limitados nos anos anteriores em função dos recursos que não estavam tão disponíveis para aumentar o nível de investimento. Não vamos reasfaltar a Cidade inteira. O asfalto novo, de fato, é recape, não é não tapa buraco. Não vamos asfaltar

a Cidade inteira, para isso, o estudo da Secretaria das Subprefeituras indica que seria necessário 9 bilhões de reais. Então, nós estamos fazendo uma pequena parcela desse recurso e com as fontes de financiamento asseguradas é muito rápida a execução. A dúvida é quanto à matéria prima, mas quanto ao valor orçado, temos a convicção de que execução é sim plenamente possível. Então, viabilizados os recursos, é esperado. Tem só 75 milhões liquidados, mas é porque os empenhos que foram feitos aqui, principalmente ao longo do segundo semestre, aconteceram há pouco tempo, mas temos quase 200 milhões, acho que até ultrapassamos os 200 milhões de valores empenhados.

Então, o que a gente vai observar ao longo desse período é um crescimento bastante expressivo, seja por causa da viabilização dos recursos, seja por causa dos contratos assinados da execução do Programa Asfalto Novo.

Calçadas, de fato, executamos muito pouco, mas estávamos aguardando a licitação da ata que foi finalizada agora em setembro. Então, olhar o padrão de execução do passado com um novo instrumento que está à disposição, de fato não dá para fazer essa comparação. Temos muita convicção de que o ritmo vai ser muito aumentado a partir desse mês já, inclusive, e ao longo do próximo ano, visando um bilhão previsto no orçamento.

Agora, as considerações do público. O Dr. Fabio Siqueira citou a nossa pouca audiência no Ipiranga. Olha, eu queria dizer que a Prefeitura não tratou nenhuma subprefeitura de forma desigual. Nós comunicamos para todos da mesma forma; no *site*, na internet, tal. Houve de fato uma grande discrepância das audiências, Cidade Ademar ultrapassou 200 pessoas na audiência; São Miguel, quase 200 pessoas. De fato, as audiências de algumas subprefeituras o público foi menor, mas queria dizer que a Prefeitura tratou todos da mesma forma e esse foi o reflexo. Agora tem a segunda oportunidade, que são as audiências que a própria Câmara está conduzindo novamente com as subprefeituras para discutir o orçamento regional.

Por que das 4.569 contribuições, não estão incorporadas na Peça Orçamentária? Porque se a gente fatar o número de projetos e atividades, uma para cada contribuição, o

orçamento é inadmissível. Então, não significa que a contribuição para o córrego específico ou para a passarela ou para o asfalto da rua tal, que foram indicadas na audiência, não será contemplada na execução do orçamento. Todas essas contribuições foram organizadas, tabuladas e colocadas à disposição das secretarias para organizar e programar as suas atividades. Então, é sim um instrumento de planejamento e usado. Agora, não pode picotar o orçamento em mais 4.000 projetos, porque isso de fato torna muito inadmissível a gestão orçamentária.

As colocações do senhor sobre o orçamento da cultura, desculpa, mas de fato tem 430 milhões na Secretaria da Cultura, mas tem outros 131 milhões para sustentar o Theatro Municipal e dizer que o Theatro não é cultura, eu não sei por que. Ou outros 28 milhões no Fundurb para equipamento.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PHILIPPE DUCHATEAU – Então, mas não é só o orçamento da cultura que tem que ser considerado. Tem de ser considerado também os outros órgãos que gastam na função cultura. Então, seja para os equipamentos que estão previstos no Fundurb, como o Vereador Paulo Frange colocou, de recurso disponível para aumentar os equipamentos urbanos, seja para a sustentação do órgão especificamente criado para administrar o Theatro, que é a Fundação Theatro, os recursos todos compõem o orçamento. E somam quase 600 milhões de reais, visto que em 2018 foi uma execução de 500 milhões, eu não entendo que a Prefeitura está considerando a cultura como uma ação menos valorizada. É um ponto de vista diferente.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PHILIPPE DUCHATEAU – Não, 430 milhões na Secretaria sem os recursos do Theatro, para o Theatro são mais 130 milhões. volto a dizer, soma...

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PHILIPPE DUCHATEAU – Então, a gente pode ajudar, explicar e mostrar. Por órgão: Fundação Theatro é um órgão, a Secretaria da Cultura é outro, os recursos se

somam e eles não estão embutidos um dentro do outro. E tem os equipamentos culturais, que estão previstos no fundo.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PHILIPPE DUCHATEAU – Bom, aproximadamente 600 milhões visam um orçamento de 68, é isso, aproximadamente 1%. Volto a dizer, cresceu 20% nesses últimos dois anos. Dizer que a Prefeitura está tratando a cultura como algo menos importante eu acho que não condiz com a verdade.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Vamos para a segunda etapa, Secretário?

O SR. PHILIPPE DUCHATEAU – Vamos. O Rapper Pirata colocou 12 bi em caixa, não é? Acho que a questão da cultura eu respondi por aqui e cabe aí a distribuição das várias ações, as audiências vão ajudar a Câmara a distribuir o orçamento de acordo com as prioridades da Cidade. Mas, sobre os 12 bi em caixa, 12 bi em caixa no meio do ano desconsidera o efeito sazonal do caixa. No começo do ano eu tenho a arrecadação, pois muitos contribuintes pagam o IPTU à vista e essas parcelas vão até novembro, dezembro não tem receita de IPTU e, pelo contrário, tem despesas de 13º, que é um acréscimo à folha. Então, é natural que a disponibilidade de caixa da Prefeitura comece baixa, suba muito e, no final do ano, termina.

Então, esses 12 bi são divididos meio a meio, aproximadamente, entre recursos vinculados, onde estão as finalidades próprias das operações urbanas; do Fundurb, que cresceu; e por lei, aprovada aqui na Câmara, tem destinação específica; e a outra metade é o recurso do Tesouro. Vocês irão observar que ao final do ano essa disponibilidade do Tesouro vai mergulhar e a gente vai chegar a patamares próximos a dois bilhões, aproximadamente, dos quais são necessários para a disponibilidade de caixa e para cobrir os restos a pagar. Precisamos deixar em caixa as disponibilidades financeiras necessárias a cobrir as obrigações de curto prazo, especialmente restos a pagar. O que são restos a pagar? Aquela obra que

começou, que você deu ordem de início, que você mediu, mas você não pagou ainda; ou mesmo despesas correntes mesmo, que são da competência do exercício, mas precisam ser pagas. Então, precisamos deixar em caixa os recursos da competência do ano de 2019 para serem pagos. Então, os dois bilhões, os senhores vão ver que aí tem a medida do superávit financeiro, que é exatamente o quanto sobra. Então, o caixa alto faz parte da sazonalidade do ingresso de receitas e despesas da Prefeitura.

Vereadora Juliana, acho que respondi a parte da questão cultural. Sobre o orçamento da assistência social, não é nenhuma desonestidade colocar o valor disponível no ano. A gente sabe que boa parte dos empenhos vai se dando paulatinamente. Por exemplo, despesas de pessoal não são empenhadas desde o início do ano. Então, como vou comparar 2019 com 2018 só pelo valor empenhado, quando a gente sabe que tem despesas a serem empenhadas efetivamente? Desonesto eu seria se só colocasse 2019 ao valor empenhado. Então, precisa colocar o valor disponível do ano, que é o melhor jeito de fazer a comparação com os anos anteriores.

Quanto à questão das subprefeituras, é importante dizer que as subprefeituras têm muito investimentos em zeladoria. Então, é natural haver determinados desvios, flutuações, em relação ao orçamento programado de um mês para o outro. Então, ora uma subprefeitura específica como a da Vila Mariana e a da Sé, citada pela senhora, sobe muito, ora cai; Cidade Tiradentes, ora sobe, ora cai. Por quê? Porque tem sim despesas de caráter continuado, mas tem muitas despesas, que a gente chama de projetos, que tem começo, meio e fim. E a execução desses projetos oscila de tempo em tempo. Então isso explica boa parte, mas evidentemente nas audiências regionais e temáticas, esse assunto pode ser melhor identificado.

Quanto à questão dos ambulantes, enfim, e orçamento das Pastas para as atividades que geram empregos e oportunidades, eu acho que a gente está observando na prática o aumento do número de pessoas capacitadas, seja para exercer um ofício, seja para empreender. É impressionante o que a Prefeitura vem, nos últimos anos, aumentando em

serviços à população, ao pequeno empreendedor e ao trabalhador desocupado, junto com o mutirão de empregos. O orçamento das Pastas de Assistência Social, da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Trabalho são uma das que mais estão crescendo em relação a esse ano. Posso passar depois um número específico, mas também haverá as audiências específicas para tratar dessa Pasta.

Acho que para respeitar o tempo, me desculpe se fui sintético, mas é para poder dar continuidade às contribuições da plateia.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – A próxima inscrita é a Sra. Viviane Dias, do MTG – Movimento de Teatro de Grupo. Em seguida, o Sr. Palito, do GT da Capoeira.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Nós iremos intercalar. Eu aviso com dois minutos e meio, Viviane.

A SRA. VIVIANE DIAS – Sim. Bom dia. Para nós, ainda, menos de 1% para a cultura, me desculpe, é um valor extremamente baixo para uma cidade como São Paulo. Isso a gente não pode aceitar, que uma cidade com o potencial de São Paulo, uma das maiores cidades da América Latina, ainda só destine menos de 1% para a cultura.

Além disso, o que gostaríamos de pensar é: que cultura estamos querendo para esta cidade? Um ponto, que é muito importante, nesse orçamento que é muito pequeno para a cultura, por exemplo, esse ano, 30 milhões estão destinados a um programa chamado Pro-Mac. Isso se refere a investimento direto, você dá para uma empresa ou para uma isenção de IPTU a possibilidade de optar que cultura vai ser investida nesta cidade. Então, uma pergunta que eu faço é por que uma questão como o Pro-Mac, que não é orçamento direto da cultura, está no orçamento da cultura? E no caso, pegando 30 milhões, que poderiam ser destinados para outras áreas que estão com o orçamento muito baixo.

Nós temos aqui na cidade de São Paulo uma grande demanda também de vários grupos: capoeira, *hip hop* e também de Artes Integradas. Uma cidade como São Paulo não tem nenhuma rubrica para as Artes Integradas. Tivemos há alguns anos o Prêmio Pagu, eu foi

aprovado inclusive por esta Câmara e foi barrado pelo Doria.

Então, nesse sentido gostaríamos de solicitar uma rubrica para as Artes Integradas, especialmente nos moldes desse Prêmio Pagu, uma rubrica mínima, mínima, mínima de 1 milhão e meio para as Artes Integradas, para esse Prêmio Pagu, para que a gente pudesse minimamente dialogar com a diversidade cultural de São Paulo e pudesse pensar nesse orçamento da cultura, que é baixo, que é bastante baixo, que tipo de cultura se espera. É uma cultura que a gente quer dar 30 milhões para o empresário decidir, para a indústria de sabonete decidir o que vai ser em pauta, o que vai ser financiado por São Paulo ou é uma cultura que a gente pretende ter uma responsabilidade pública de como esse dinheiro está sendo empregado? Então, o nosso questionamento é esse.

Ano passado o Pro-Mac estava em cerca de 15 milhões e dobrou esse ano. Então, além de ser uma perspectiva, porque é um dinheiro que vem do IPTU ou de empresas, o nosso questionamento é por que ele está agora no orçamento, que tipo de cultura a gente gostaria para esta cidade?

É isso. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Obrigado, Sra. Viviane. O próximo inscrito é o Sr. Palito, do GT de Capoeira. Em seguida, será o Sr. Zé da Lua. Peça que se aproxime do microfone.

- Apresentação musical.

O SR. PALITO – Primeiro, bom dia a todos e a todas. Sou o contramestre Palito, estou representando o GT de Capoeira. Esse toque que eu fiz aqui, para quem não conhece, é o toque de cavalaria, pois quando a capoeira foi proibida, entrou no Código Penal, foi o toque de aviso, quando eu via os guardas que queriam acabar com a roda. Então, era tocado esse toque aqui.

- Apresentação musical.

O SR. PALITO – E trazendo para os tempos atuais, não mudou nada, porque a capoeira, patrimônio bem material da humanidade, que está dentro da Lei 10.639 e do Estatuto

da Igualdade Racial, mesmo assim não é reconhecida. A gente não tem um projeto de lei para a capoeira, não temos políticas públicas para ela. Eu represento a cultura negra, que ainda é marginalizada por esse estado racista. Essa é a verdade.

Fico até emocionado porque a gente trabalha para a cultura negra, não é fácil. A gente tem capoeira em todas as periferias no Município de São Paulo, no Brasil inteiro. A capoeira está em mais de 200 países e não é reconhecida pelo estado. Os nossos mestres estão morrendo às minguas e a maioria é mestre negro, pretos, que defenderam, deram a vida pela cultura negra na história do povo brasileiro aqui e a gente não é reconhecido.

Estamos lutando por políticas públicas para a capoeira, para a cultura em geral, mas para a capoeira, principalmente. É muito triste você ter que vir aqui na Câmara reivindicar uma coisa que já foi reconhecida no mundo inteiro, a importância de transformação, de inclusão da capoeira. Você vê o orçamento – nada contra o Theatro Municipal –, mas 130 milhões, eu não sei, e a cultura negra, popular, fica jogada às traças.

Todo ano eu vejo a luta da galera da periferia para lutar por políticas públicas para a cultura. Quer dizer, 1% é uma vergonha. A cultura socializa, eu fui educado através da cultura. Sou formado em Pedagogia, fiz pós-graduação e quem me ajudou foi a cultura, através da capoeira e está ajudando muitos. Vários aqui têm a história de vida parecida com a minha e o estado não reconhece isso.

Para finalizar, tinha um projeto de lei para a aprovação da Casa de Capoeira e o Bruno Covas vetou esse projeto de lei. Eu estava lendo, primeiro ele falou que a capoeira iria segregar. Olha o que ele falou: segregar. Depois, falou que não tinha orçamento. Falei: “Como assim, não tem orçamento?” Na Virada Cultura foram 14 milhões, um final de semana, o *show* da Anita – nada contra a Anita. Ela ganhou 300 mil, mais 300 mil para a equipe, um milhão.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PALITO – Não. E para a cultura nunca tem nada? Isso para mim é racismo.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Para concluir...

O SR. PALITO – Para concluir, os ideais de luta de Zumbi, de Dandara, de Marielle,

de Mestre Moa do Katendê, de Mãe Sylvia de Oxalá continuam dentro de cada um de nós. É isso, axé. Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Obrigado, Sr. Palito. O próximo é o Sr. Zé da Lua, do Coletivo SP Forró.

O SR. ZÉ DA LUA – Boa tarde a todos. Boa tarde à Mesa, ao Secretário, a todos os Vereadores e principalmente a todos os ativistas da cultura. Eu venho falar aqui também em nome da cultura, em especial, da cultura nordestina.

Têm vários migrantes em São Paulo, eu queria saber se tem alguém do Theatro Municipal aqui presente, 130 milhões para o Theatro Municipal, acho que não tem ninguém aqui hoje.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. ZÉ DA LUA – Não vem para cá, né? É. Então, como meus companheiros da cultura já expressaram várias questões sobre vários segmentos e estilos musicais, várias vertentes da cultura, eu vim perguntar o seguinte ao Secretário: na realidade, a gente vem dialogando políticas públicas para a cultura nordestina desde 2017.

Em 2017, a gente conseguiu uma rubrica nesta Casa de 800 mil reais para ações culturais do forró de raiz. O número da rubrica é 2510,13, 392, 3001, 2087, congelada, não conseguimos executar em 2018.

Em 2018 voltamos nesta Casa e a partir de lutas e diálogo com a Comissão do Orçamento conseguimos uma rubrica de programa municipal de fomento e difusão do forró pé de serra, de mais 800 mil e também esse ano até hoje não conseguimos executar essa rubrica dentro do orçamento. Está dentro do orçamento e a gente queria perguntar para o Secretário qual é o caminho para a execução dessa rubrica, como se faz para a gente fomentar mais de... pode ser até um edital para o forró, porque existem alguns editais para alguns segmentos já, e a gente queria ver qual o caminho para executar. Existe também uma lei que foi aprovada ano passado, a Lei 336/2018, e agora tem uma lei recente, a Lei 17.086/2019. A gente quer saber como faz a execução, se está congelado ainda.

Falta de projeto não é, porque a gente já levou projeto da Secretaria Municipal de Cultura, e ainda não conseguimos ter uma reunião com o atual Secretário. O que a gente pode fazer para executar essa rubrica que está dentro do Orçamento, e outras rubricas também, como a do SP Indígena, também para a Capoeira, a cultura popular, entre outros. Então, como que se faz a execução dessas rubricas que ainda estão congeladas?

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Tem a palavra o Sr. José Renato.

O SR. JOSÉ RENATO - Boa tarde, gente. Sou mais uma pessoa que veio falar em nome da Cultura. É uma briga que tem todo ano aqui, que a gente tem que batalhar, batalhar, e dizer o quanto a gente pensa na Cultura de maneira transversal na Cidade.

Quando se fala em aumentar recursos com a desestatização, a pergunta é se a desestatização que vai gerar receita para o Governo não vai gerar custo para nós. Quer dizer, vocês vão deixar de ter gasto com o Ibirapuera para eu começar a ter gasto para entrar no Ibirapuera e pagar cinco reais, seis reais, que seja, para entrar no Ibirapuera? É isso que a gente está entendendo? A mesma coisa acontecerá com os cemitérios? Quer dizer, a gente vai ter que ter uma grana para morrer. Não pode morrer mais, ou vai ficar como indigente, porque também não será mais responsabilidade da Prefeitura. E a mesma coisa com parques, com o Pacaembu. Então, a gente precisa entender qual é o custo que será repassado para a gente dessas coisas.

Quando se fala também da questão de asfalto, etc, vimos que a Zeladoria desta Cidade está um lixo. O que tem de lâmpada queimada, e a gente fazendo reforma do Vale do Anhangabaú, de novo, fazendo reforma do Vale do Anhangabaú, com esta cidade quase às escuras. Ouvi relato de mulheres, principalmente, de pessoas que andam pelas ruas à noite morrendo de medo.

Quando se fala do orçamento da Cultura, Sr. Secretário, a informação não está legal, porque chegou para a gente um orçamento para a Secretaria Municipal de Cultura de R\$ 430 milhões, dos quais R\$ 130 milhões eram de atividades ligadas ao Theatro Municipal.

Então, a gente tem que fazer realmente um estudo disso, porque não é o que chegou para a gente. Estamos com problemas? (Pausa) Mas a gente tem que estudar direito isso para saber porque tem umas atividades do Theatro Municipal, que somam R\$ 120 milhões. Eu te mostro, no final, Vereadora Soninha. Nada contra o Theatro Municipal, pelo amor de Deus!

E a gente queria muito pedir aos Srs. Vereadores da Cidade, que é uma demanda antiga. A gente precisa, primeiro, aumentar o valor total da função Cultura para a Secretaria Municipal de Cultura, a reivindicação que a gente sempre faz; e pedir aos Vereadores também que a gente consiga manter nesse ano uma coisa que a gente tem tido nos últimos anos, que é uma Sub-relatoria do Orçamento para a Cultura.

Há alguns anos que a gente está conseguindo, no meio dessas discussões de Orçamento, fazer grupos de estudo específicos para discutir o Orçamento da Cultura nos últimos dois, três anos, e tem trazido resultados positivos, então a gente queria que vocês mantivessem isso para o ano que vem.

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Tem a palavra o Sr. Du, Coletivo Poder e Revolução.

O SR. DU – Boa tarde, sou o Du, do Coletivo Poder e Revolução, Parque Bristol, divisa com Diadema, fundão do Ipiranga.

Todo mundo está falando de Cultura, e a gente está dando uma bala para vocês, um chocolate; não é para vocês simplesmente, é para toda a elite do País; e eu não sei por que vocês não querem pegar. Porque quando a gente fala de Cultura, a gente não está falando simplesmente de entretenimento, mas de redução de violência, de redução de custo com remédio caro, tipo Rivotril, Clonazepam. Entende? Cultura não é entretenimento, é vida. A gente está oferecendo para vocês aqui uma cultura de paz, e vocês estão de chapéu atolado, não estão compreendendo o que é a cultura de paz que a gente está oferecendo.

Nós poderíamos estar falando aqui de cultura de guerra, de luta, não estamos nem falando de coisa grande. Então a Cultura que a gente está entregando na mão de vocês é uma

cultura de chocolate.

Eu gostaria de saber do Sr. Secretário o quanto é pago para a dívida pública. Como é que a gente vai fazer essa discussão, sem saber quanto é pago para dívida pública? Eu gostaria de saber também o quanto foi gasto com segurança, mais especificamente falando da GCM, que agora é polícia; e todo mundo está vendo o carros novos na rua da GCM, rodando a periferia. Quero saber o quanto foi gasto com isso.

Essa cultura que nós estamos oferecendo, como eu já disse, é uma cultura de paz. Mesmo assim, vocês insistem em derrubar Paulo Freire, vocês insistem em acabar com os CCAs. Vejam bem, os CCAs cumprem um papel.

O Teatro Municipal, depois de receber toda essa grana, ainda lucra? Ou essa grana toda que eles recebem é para subsidiar ingressos a um real? Porque recebendo toda essa grana dá para cobrar ingresso?

Então, se vocês não compreendem dessa forma, que a cultura que nós estamos falando é de paz, que é para a redução de criminalidade, para a redução dos distúrbios da saúde mental, vai sobrar só uma coisa: que a cultura de guerra, de enfrentamento.

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Tem a palavra o Sr. Manoel J. F. Neto, do GT Capoeira.

O SR. MANOEL NETO – Boa tarde a todos. A manifestação seria referente à Cultura e também a GT de Capoeira, que nós não temos fomento, não temos incentivo do Estado. Então, vou cantar uma música rapidamente e depois eu termino a minha fala.

- Apresentação musical.

O SR. MANOEL NETO – Secretário, imagine há 30 anos os mestres antigos segurando esse Berimbau, do jeito que o senhor está segurando, que é a sua profissão. Agora você é um capoeirista, você está na periferia trabalhando com a população, sem ter um mínimo de respeito.

Assim, eu gostaria de fazer uma pergunta ao senhor: onde está o orçamento das

casas de cultura da periferia? Por que não quando chega. Quando se fala de capoeira, não existe fomento. Nós estamos há 30 anos no Centro de Cultura Negra do Jabaquara Mãe Sylvia de Oxalá e, nesse período, meu mestre Miguel Machado recebeu somente um dinheiro vindo da Secretaria, na gestão da Sra. Luiza Erundina - se eu não me engano. Depois disso, não houve mais fomento.

E eu fico me perguntando por que. Esse Berimbau que o senhor está segurando está aposentado, eu só trouxe para dar uma explicação. O senhor pode ver quantas marcas têm nessa madeira, imagine nas pessoas que passaram por ele e que fizeram roda com ele.

Durante esses 30 anos, ele já passou pela FEBEM, foi a igrejas, em locais que você talvez nem imagine, até na cracolândia ele já esteve. A Tropa de Choque já apreendeu esse Berimbau e já jogou no chão, querendo levar embora, e eu resgatei porque os internos falaram “Olha, Sr. Manoel, o seu berimbau está lá no meio das coisas” E o retirei de lá.

Então, a pergunta é onde está o fomento da periferia. Onde está o dinheiro referente às casas de cultura da periferia?

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Tem a palavra o Sr. Eduardo Júnior.

O SR. EDUARDO JÚNIOR - Boa tarde a todos.

Com relação ao ordenamento territorial para a Câmara Municipal e os nobres Vereadores, eu quero dar um exemplo, que no PDE, transportes e outras demandas urbanas, as audiências públicas da macrorregião sudeste compõem as Subprefeituras de Vila Mariana, Ipiranga e Jabaquara. Já no Orçamento de 2020, temos Vila Mariana, Ipiranga e Sé, centro metropolitano com maior demanda, orçamento, e não apenas com Ipiranga e Vila Mariana para dividir.

Com relação à isenção do IPTU de enchentes, eu queria que os Vereadores prestassem atenção – e tem uma Comissão formada na Câmara sobre as chuvas – no projeto de lei 14.493, de 09 de agosto de 2007: “Incidente por enchentes e alagamentos”, em seu Artigo 3º, Parágrafo I; e o Decreto 48.767, de 27 de setembro de 2007.

Com relação ao TCM, enchentes e alagamentos na Av. José Maria Whitaker e Viaduto 11 de Junho, Córrego Paraguai Éguas, proclamado oficial com a retirada do projeto de reservatórios ambientais do Orçamento de 2020. Não entendo isso, senhores. E o convite feito pela escola de contas do TCM que recebi no Conselho Participativo de Vila Mariana, um folheto dizendo “Convidamos você para participar da Cidadania em Contas”.

Eu fui lá, no dia 05 de agosto, às 19 horas, e a coordenadora do curso disse que foi cancelado esse evento. Eu queria que ele existisse para realmente poder ir na casa de vocês manifestar esse desagrado.

Outro desagrado que acontece é que o Viaduto 11 de Junho terá mais um complemento: ele vai se chamar Viaduto de 11 Junho Ana Neville.

Então, o Viaduto 11 de Junho vai pegar a história da Inglaterra, sendo que 11 de Junho é o dia da fundação da Marinha Brasileira, que tem muito mais a ver com o viaduto que vocês mantêm alagado, o principal sistema viário da Cidade, e que querem corrigir outras coisas na Cidade. Corrija no pé de vocês, primeiro. No pé de vocês, tem coisas para serem feitas e vocês não fazem.

Para concluir, esse projeto de lei de enchente deveria ser justificado pela causa, não efeitos de danos materiais do imóvel, que é o que eu vou abordar na temática com relação às enchentes.

À Secretaria Municipal de Governo e Finanças, solicito considerar os argumentos dispostos no processo que está sob sigilo fiscal, ainda sem posicionamento por falta de posicionamento urbanístico legal. Ou seja, querem dar isenção para as pessoas por danos, por estrago, e não por uma justificativa de causa.

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Obrigado. Aproveitando, a audiência temática sobre Cultura e Turismo está programada para o dia 11 de novembro de 2019, segunda-feira, das 14h30 às 18h30, no Salão Nobre.

Tem a palavra o nobre Vereador Paulo Frange.

O SR. PAULO FRANGE – Sr. Secretário, houve realmente uma redução no orçamento do subsídio para transporte no próximo ano. Acho isso extremamente importante, Nós tentamos compreender como isso foi possível, e a gente não conseguiu encontrar a fórmula. Então, eu gostaria depois que a gente pudesse tratar desse assunto, porque a gente não revogou nenhuma lei que era possível reduzir algumas das atividades de transporte que têm subsídio, que são passíveis de serem cobertas pelo subsídio.

A outra situação é muito simples. Na Assistência Social, nós temos um problema com Educação sempre, porque são atividades muito próximas. As mesmas mantenedoras da Assistência Social estão também na Educação. Quando a Educação dá um aumento de 3%, como deu agora para as entidades que são conveniadas com a Educação no atendimento das creches, essas entidades não tiveram a oportunidade de fazer o mesmo para os mesmos funcionários da mesma mantenedora, porque não tiveram aumento dos 3%, por exemplo, para a Assistência Social. Portanto, nós temos na mesma mantenedora quem teve aumento e quem não teve aumento. Isso cria problema para a mantenedora e problema trabalhista. É um apelo que faço para a gente tentar resolver isso.

No orçamento da Assistência, a gente viu que aumentou o requisito de repasse federal e estadual para a Assistência. A gente ainda considera extremamente pequena a participação do Governo Federal nessa atividade. O Sistema Único de Assistência Social foi um grande avanço. É lógico que a Saúde já fez isso em 1988, da Constituição para cá, nós construímos tudo isso. Em 1988, aprovou-se a lei das organizações sociais. Mas só agora saiu MROSC para atender, com regras claras, essa relação de parceria com as entidades. A gente está muito atrás. Agora que os Conselhos estão efetivamente trabalhando.

Este ano, lamentavelmente, o Presidente resolveu não patrocinar o Conselho Nacional de Assistência Social, em Brasília. O pessoal está indo sozinho e montando um Conselho Cidadão sem a participação federal também nisso. É muito ruim isso. E o Município está fazendo a sua parte, as regionais estão acontecendo e são boas.

Então eu queria que o senhor falasse um pouco da Assistência, que a gente está

preocupado. Agora há pouco foi falado dos CCAs, que a gente está acompanhando e sabe que não vão deixar de existir, que vai continuar. Pelo contrário, está sendo incentivado, tem recursos. Mas eu só queria que o senhor me esclarecesse se a gente vai ter essa participação realmente, porque na nossa visão a Assistência deveria continuar sendo uma atividade-meio, e a Educação poderia colocar recursos na Assistência, a Saúde colocando recurso na Assistência, e não só a gente tentando fazer da Assistência Social atividade meio e fim, porque ela acaba fazendo as duas coisas, fica extremamente sobrecarregada e com o orçamento pequeno.

Obrigado.

- Assume a presidência o Sr. Rodrigo Goulart.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Goulart) – Tem a palavra a Vereadora Soninha Francine.

A SRA. SONINHA FRANCINE – Rapidíssimo, Vereador.

Quero reiterar que nós estamos fazendo discussões sobre o aspecto cultura do orçamento na Subcomissão de Cultura, analisando tão detalhadamente quanto possível e identificando dotações que nos parecem amplas o suficiente dentro das quais se pode fazer um direcionamento mais preciso, por região, por equipamento, de modo a corrigir eventuais distorções na Cidade.

Em relação à assistência social, reiterar a fala do Vereador Paulo Frange: o valor previsto para os repasses para as organizações sociais não leva em conta o IPCA para as despesas que essas entidades têm com alimentação, por exemplo – muitos serviços fornecem alimentação – e não levam em consideração o provável reajuste da data-base da categoria. A gente sabe, pelo menos, qual foi o reajuste acordado nos últimos anos. Então ninguém pode dizer com certeza: “Ah, o dissídio será de tanto”. Mas dá para fazer uma estimativa. E as entidades não têm escolha a não ser honrar a folha de pagamento. E se o recurso previsto não der conta desse aumento, elas não têm escolha, a não ser sacrificar outras despesas ou entregar os serviços, que é a situação mais dramática que tem de organizações sociais que

encerram o serviço por não terem condições de honrar os compromissos.

Em relação a uma fala do José Renato, pelo amor de Deus, nós concordamos com a concessão do Parque do Ibirapuera; é absolutamente proibido transformar o acesso ao parque num acesso cobrado. Isso está completamente fora de cogitação.

Em relação ao serviço dos cemitérios, tem legislação assegurando o sepultamento gratuito apenas para as pessoas que, antigamente, a gente chamava de indigentes. Mas as pessoas que declararem que não têm renda suficiente, pessoas em situação de miserabilidade. Todos os outros munícipes já têm que pagar. Aliás, nesse sepultamento gratuito, você tem direito, por exemplo, a 15 minutos de despedida na capelinha do cemitério. Se você quiser um velório, tem que pagar. E com o serviço horroroso que a Prefeitura vem prestando. Então, assim, o cidadão tem que pagar, e tirando os chamados indigentes. E paga por um serviço que, socorro, a gente cuida muito mal. Então a concessão não é com a finalidade de que haja uma receita extra. Aliás, é impressionante a receita de cemitério no orçamento – é muito impressionante – para um serviço horroroso. Então a ideia é que o encarregado de cuidar dos cemitérios faça isso melhor do que a gente vem fazendo, mantido o direito à gratuidade, já estabelecida em leis anteriores. Senão, de jeito nenhum, a Câmara concordaria com essa autorização para que se faça a concessão.

É isso. Obrigado, Presidente.

- Assume a presidência o Sr. Alessandro Guedes.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Vou passar a palavra ao Secretário.

O SR. PHILIPPE DUCHATEAU – Vou procurar ser objetivo e sucinto, para dar resposta a todos.

A primeira colocação sobre os 30 milhões do Promac. Queria colocar sobre uma outra perspectiva.

O Promac, na minha visão, é uma forma inteligente de alavancar recursos para a cultura. O ajuste que a gente fez recentemente coloca que, sim, ele tem direito à rebate do pagamento das obrigações com o município – ISS ou IPTU –, mas, ao mesmo tempo, ele

também tem a contrapartida. Então muitas vezes um projeto, sei lá, de um milhão, pode ser financiado com uma renúncia de receita – registrada no orçamento – de 500 mil, porque alavanca recursos do privado para isso. Então esse ano 30 milhões. Em 2020, 30 milhões, cresceu em relação a 2015. Cresceu dessa forma: organizando uma lógica de alavancar recursos do privado interessado para isso.

Quanto às colocações sobre as dotações específicas para a cultura negra, enfim, forró e arte nordestina ou outras específicas, a própria Vereadora Soninha comentou que, nas audiências, é possível fazer esse debate sobre como olhar para o orçamento da cultura, revisar as suas dotações, para dar mais especificidade ao direcionamento do recurso ou até rever mesmo os valores alocados nas diferentes rubricas. Então é o momento agora. Lembrando, a Câmara dos Vereadores é quem aprova o orçamento, que, por sua vez, é uma lei. Então por isso é aqui. Então o debate e a discussão é para esse momento.

O orçamento da cultura é um orçamento que mais é especificado. É aquele que apresenta o maior número de dotações específicas para projetos ou para atividades específicas. Muito vinculado às leis de fomento, mas também a especificidades, sejam elas já consolidadas nos orçamentos ano a ano, sejam aquelas que os próprios Vereadores apresentam como emendas.

Ah, eu ia comentar sobre isso; a Vereadora antecipou: todo projeto de concessão, de alguma forma – não é uma privatização, é uma concessão, ou seja, concede à iniciativa privada para explorar a prestação daquele serviço por um determinado período – determina que tipo de serviço pode ser cobrado, quanto pode ser cobrado ou não. Então não há nenhuma dúvida a respeito do que vai ser cobrado para cada um desses projetos de concessão que a gente colocou, porque todos aqueles que a gente colocou, anunciou, são aqueles que aquelas que a Câmara de Vereadores aprovou lei específica. Então parque, cemitérios, o próprio Pacaembu, com a previsão, inclusive, de manter o espaço aberto para atendimento da população, tudo isso foi delimitado pelas leis autorizativas que precedem a própria concessão em si.

Uma dúvida específica sobre o pagamento da dívida pública.

Grosso modo, nossa dívida, majoritariamente, é a dívida com a União, que lá na virada da década de 90 para os anos 2000 refinanciou as dívidas de todos os entes subnacionais, estados e municípios, e com nós não foi diferente. Então a maior parte do orçamento do ano que vem, de aproximadamente 4 bilhões, 425 milhões, é para o pagamento da dívida com a União. São parcelas que vencem até 2030. Foi um grande refinanciamento com condições bem vantajosas, inclusive, principalmente a partir da revisão da correção dos encargos dessa dívida que aconteceu em 2015.

Quanto se gasta com segurança, com a pasta da Secretaria Municipal de Segurança Urbana, que, basicamente, custeia a Guarda Civil Metropolitana.

O orçamento do ano que vem prevê 693 milhões de reais – quase 700 milhões de reais. E esse ano estamos com orçamento por volta de 540 milhões de orçamento disponível. Então é outra pasta que cresce bastante.

Houve dúvidas sobre se o CCA está acabando. O próprio Vereador Paulo Frange comentou que não. E quero reforçar esse sentimento: o CCA não está acabando. Muito pelo contrário, está sendo fortalecido, principalmente percebendo como que a Secretaria da Educação tem os seus alunos aproveitados por esses equipamentos e como pode fazer melhor a prestação do serviço, reforçando, inclusive, as atividades pedagógicas daquelas crianças. São cerca de 22 mil alunos municipais que são atendidos pelo CCA. Então são políticas diferentes, etc., mas a Administração entende que tem uma grande sinergia de interesses e podem ser complementados.

De fato, a Secretaria da Assistência Social acaba exercendo funções relacionadas à pastas de educação e saúde, de certa forma. São muitos expressivos os gastos com atendimento de saúde, especialmente para os idosos, ou para as pessoas que têm alguma dificuldade de mobilidade, que são atendidas pelos equipamentos custeados pela Assistência. E, eventualmente, a gente pode racionalizar, fornecer um melhor serviço e de uma forma mais integrada e mais eficiente se a Secretaria da Saúde conseguir entender e se integrar muito

bem com a prestação de serviços executados nesses equipamentos. Saúde tem muito.

Nos CCAs, a Secretaria da Educação, quando analisou as atividades desempenhadas no CCA, percebeu que 50% das atividades envolvidas são pedagógicas; podem, inclusive, ser incorporadas aos 25% mínimos obrigatórios. Isso ajuda não só a melhor financiar o serviço como ajuda também a trazer recurso do estado. Já começamos a conversa com eles para ver. Às vezes, por mais que tenha crise no estado, muitas vezes com a redução do número de alunos – estado não atende educação infantil, então a redução do número de alunos no estado é mais premente –, tem dificuldade de executar; ou, pelo menos, é uma das pastas com menos dificuldades orçamentárias. E, evidentemente, numa análise de política pública, ele pode perceber o bom aproveitamento das atividades no contra-turno que podem ser desempenhados para o CCA e para os alunos da rede estadual. E, evidentemente, pacificada o entendimento do quanto de pedagógico tem, isso pode ser incorporado como orçamento da educação e consumir os 25 obrigatórios – no estado, é 30% obrigatórios.

Então, Vereador, perfeita a sua colocação. Acho que é uma lição para todos nós perceber como que a gente pode entregar melhor as políticas de educação e saúde com os atendimentos prestados nos equipamentos de assistência social.

Só da Secretaria da Educação voltada a custear os alunos municipais do CCA no ano que vem, são 100 milhões de reais. Então, além do orçamento da Secretaria de Assistência Social, outros 100 milhões de reais estão reservados no orçamento da educação para sustentar essa atividade para os alunos municipais.

Bom, agora, passando para as colocações do Vereador Paulo Frange: como que a gente vai chegar ao subsídio de 2 bi e 250 milhões almejados.

Nós percebemos que neste ano as medidas para conter o crescimento do subsídio foram implementadas não na sua totalidade. Nós acompanhamos a sucessão de liminares, ora suspendendo o reajuste do vale-transporte; aí o governo contesta, volta; ora suspendendo a restrição no número de integrações, ora voltando. Então, ao longo desse ano, nós tivemos essa revisão, essa diferenciação do preço implementada parcialmente. Então, sobre essa

acomodação no orçamento desse ano em relação ao ano anterior, torcemos para que ela seja plena ao longo de todo o exercício de 2020. Então boa parte da continuidade da redução das subvenções com dinheiro de impostos para pagar o sistema de transporte advirá da nossa expectativa de que essa diferenciação tarifária se dê de forma plena ao longo do ano.

O segundo fator é a continuidade na redução de fraudes. A gente acompanha pela imprensa as ações sucessivas da Secretaria de Transportes, ajustando, por exemplo, nas medidas, para conferir a identidade da pessoa aos bilhetes únicos, diminuindo o valor que um bilhete anônimo pode carregar, o correto funcionamento das câmeras que fotografam a pessoa quando usa um bilhete especial – para idoso ou estudante –, para ter indícios para verificar se, de fato, aquele usuário do bilhete é, de fato, é uma pessoa devida. Enfim, e a continuidade de ações nesse sentido que estão sendo desenvolvidas e aprimoradas.

E o terceiro fator que eu citaria a assinatura dos contratos. Estávamos trabalhando em regime de permissão. Agora, assinamos todos os contratos com as operadoras. Nessa negociação, houve uma redução da TIR – Taxa Interna de Retorno – prevista para ajustar o período... Desculpa, a Taxa Interna de Retorno vinculada ao período do contrato de concessão, que foram revistos de 20 para 15 aos. E também a possibilidade de uma nova forma de remuneração. Nos contratos anteriores, a remuneração das concessionárias era por passageiro transportado. E, agora, esse novo contrato paga por serviço prestado, como quantidade de ônibus circulando. Então essas coisas, combinadas todas, nos faz crer que essa redução observada em relação aos três bilhões e 200 milhões que a gente observou em 2018 para o que vai fechar esse ano, tenha a continuidade e chegue em 2 bilhões, 250 milhões.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PHILIPPE DUCHATEAU – Deixa eu só concluir, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Secretário, é que tem mais sete pessoas inscritas ainda.

O SR. PHILIPPE DUCHATEAU – Eu estou terminando.

Bom, sobre as diferenças de remuneração das pessoas – e aí tanto o Vereador

Paulo Frange como a Vereadora Soninha colocaram essa questão –, sobre a diferença de remuneração dos mantenedores dos equipamentos de assistência e de educação, é importante dizer que a lógica da transferência, evidentemente, faz, sim, uma previsão do custeio desses equipamentos, a sua decomposição entre salários e insumos, mas elas são lógicas diferentes. A educação normalmente paga por aluno efetivamente atendido, ao passo que a assistência social – e precisamos rever isso – faz uma transferência por uma oferta de serviços. Nesse trabalho de análise sobre o desempenho dos equipamentos ao longo do ano, percebeu-se que não esporadicamente, mas, sim, continuamente, muitos equipamentos de assistência social operavam com número de pessoas assistidas muito aquém da capacidade contratada e paga por isso, entre outras medidas de ajustes, como, por exemplo, o pagamento de itens alimentares no período onde não havia atendimento. Alguns equipamentos, chega um período em que não tem atendimento, tem férias, e tal, não tinha atendimento, e havia, sim, a remuneração por isso; entre outros itens. Então, sim, é preciso evitar que haja problemas que inviabilizem a prestação de serviço, mas não é uma lógica que a gente pode, simplesmente, “ah, porque teve reajuste na educação, tem que haver automaticamente reajuste na assistência” porque a lógica da transferência do recurso é diferente. São contratos ou termos de parceria que são regidos por formas diferentes. E a gente sempre tem de cuidar para que esses mecanismos incentivem a prestação dos serviços. Por isso que eu falo sobre essa preocupação da forma como a Assistência Social veio trabalhando ao longo do tempo.

Acho que concluí. Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Com a palavra o Sr. Bener, da entidade Hip Hop Capoeira. Depois o Pac Jay, do Fórum de Hip Hop, MSP.

O SR. BENER – Boa tarde a todos. Sou professor de Capoeira e Raper Bener, faço parte do coletivo de Capoeira Aliança das Marés, pós elementos de atitudes fundada por mim em 95 e do Fórum Municipal de Hip Hop. Sei que está protocolado, mas quero defender a rubrica pública para efetivação do território Hip Hop na execução de um total de dois milhões e quinhentos e o Mês do Hip Hop, cinco milhões. Temos de olhar com muito carinho porque tem

muitos artistas ficando de fora e com essa nova secretaria, a gente está vendo muitos esquemas. Então tem de dar acesso para o Movimento, entendeu? E também defendendo 500 mil para as casas de Hip Hop: Sul, Norte, Oeste, Leste e Centro.

Porém, dentro disso, eu venho atuando dentro da capoeira com aula. Comecei no finalzinho de 96 a dar aula de graça para minha molecada em São Mateus e venho atuando até hoje com projetos sociais de capoeira, ao qual eu tenho em três localidades. Eram quatro, mas hoje estamos com três localidades, uma dela saio da zona Leste para dar aula na zona Oeste, na casa da Diversidade. E aí entendo o seguinte, se estou fazendo toda essa correria para dar aula para a molecada de graça, porque não tem condições de pagar, porque as academias cobram muito caro e as casas de Cultura tem um certo limite de vaga para a molecada. Segundo falaram que esse ano aqui não tem limite de vaga e a gente não tem reconhecimento.

Eu estou desde o final de 96 com esses projetos, fora que de uns 15 anos para cá com Hip Hop, oficina de Mc e a gente não entende porque se a gente está todo esse tempo nessa correria, porque a gente não é valorizado? E de que forma? É muito fácil chegar na secretaria e entregar um documento, mas estão indo lá ver se o meu documento é original, é verídico; se estou realmente atuando, porque quando a gente vai ver as contratações aí, a gente vê que tem uns esquemas, né? E aí muita gente, que está lá fazendo de fato, gratuitamente... Eu ando do Vila Rica ao Jardim Marília, uma hora a pé, para dar aula de graça para molecada. Certo? E cadê esse reconhecimento?

Então está na hora de ir lá, dentro da periferia, e dar uma olhada para ver quem realmente que está atuando dentro da periferia, dentro do Hip Hop, da Capoeira. E aí a gente consegue uma aprovação para criação da Casa da Capoeira que é para mostrar o trabalho dos mestres antigos, aí vem um Prefeito que não sabe nem o que é capoeira, não sabe que é tombado patrimônio histórico e material da humanidade e derruba a criação dessa casa.

Então isso tudo aí é para valorizar. Está na hora de olhar para a periferia da mesma forma quando vão lá buscar nossos votos. É só isso. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Obrigado, Professor Bener. Pac Jay

está aí?

O SR. PAC JAY – Boa tarde a todo mundo. Estou vindo lá do final da Inajar, onde estão construindo o Rodoanel. Moro no Jardim Vista Alegre, Brasilândia. Eu vim pedir para colocar as rubricas do território Hip Hop vocacional, Casas de Hip Hop e o mês de Hip Hop.

É só isso. Um abraço. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Obrigado, Pac Jay. Peço que deixe escrito também no formulário essa demanda que você apresentou.

Com a palavra o Sr. Abrantes. O senhor tem três minutos.

O SR. ABRANTES - Bom dia a todos. Quero começar a minha fala com um termo, que para mim é um dos mais importantes no que a gente vem buscar aqui, que é o termo: diálogo. Por quê? A gente enfrenta um problema muito grande de diálogo, principalmente, na política pública quando se trata de Cultura, porque a gente tenta conversar com Secretário, tenta conversar e a gente não consegue. É importante esse termo, por quê? Está aqui o Secretário, ao qual quero parabenizar porque de todos os Secretários que a gente teve acesso, o senhor é o que mais dialoga e o que mais sana nossas dúvidas. É bom que todo mundo fique ciente de que a gente não está aqui para detonar o Governo. A gente está aqui para conversar e é isso mesmo que você está fazendo, é o que a gente pede.

E por falar em conversar, no diálogo que vimos aqui, uma coisa que eu percebi e o senhor mostrou também, que a função Cultura ela tem 610 milhões. Certo? Mas quando eu li o Orçamento tinha 700. Eu queria saber, perguntar e por que essa diferença entre o gráfico e o documento? Nesse gráfico também você colocou que uma função “outros”. O que seria esse “outros”, e por que ele não está alocado em funções importantes como Saúde, enfim, entre outros? Outra coisa que você também falou é que a Cultura, ela é a parte que tem bastante detalhamento e que é importante para a gente saber como é que está sendo gasto esse recurso. A própria Soninha, quando fomos fazer o estudo pela Subcomissão, a qual também agradeço, porque tem nos ajudado bastante a gente da Cultura, ela falou que mesmo com esse detalhamento não é suficiente, não está sendo esclarecedor o que vai ser feito com essa

verba. Gostaria de saber o porquê.

E outra coisa que a gente discute aqui também é a questão dos gastos por território. E aí uma coisa que a gente percebeu é que a gente tem 32 subdistritos, seriam as Subprefeituras e dentro das Subprefeituras, tem um profissional contratado diretamente para cuidar da Cultura. Só que, de que adianta ter um profissional lá, se ele não tem rubrica? Eu olhei o Orçamento, lá têm três rubricas para a Cultura que seriam: difusão cultural, acesso à Cultura e programação de atividades culturais. Por quê? A gente vem aqui, discute com a Soninha, discute com os Vereadores, a gente fala muito dessa questão de se regenerar esse gasto, por que que a gente não tem dinheiro dentro dessas rubricas no território? Por que que a gente não pode fomentar sendo que é isso que a gente vem conversando durante o ano inteiro? Gostaria de entender. E aí quando as pessoas vêm aqui e falam que a Cultura não está sendo levada a sério e você diz que não, eu gostaria de concluir e perguntar: como não está sendo levada a sério se a discussão que a gente faz aqui, na hora da Peça Orçamentária não é levada em conta? Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Muito obrigado, Sr. Abrantes. O próximo inscrito é o Sr. Alex Omar, microempreendedor da Feira da Madrugada.

O SR. ALEX OMAR – Boa tarde à Mesa. Boa tarde a todos aqui presentes. Sou microempresário da Feira da Madrugada e também Presidente do CDC Délio de Carvalho, onde passa a terceira idade, os jovens da comunidade; e também faço parte em defender que os moradores de rua tenham uma vida digna e duas refeições por dia.

Primeiro, Sr. Secretário, Srs. Vereadores, só está sobrando muito dinheiro aí no caixa porque é cobrado do trabalhador que é registrado, é cobrado dos microempresários, mas vocês deixaram passar uma licitação, o Governo Bruno Covas apoia essa licitação em que um grupo de empresários brasileiros e chineses estão isentos de IPTU, estão isentos de tirar uma nota fiscal e pagar os impostos para a cidade de São Paulo.

A gente pede para abrir uma CPI e não abre nesta Casa e ainda por cima, o pior, é que expulsaram quatro mil trabalhadores para ir trabalhar nas das calçadas da rua, nem o

Prefeito Bruno Covas, nem seus Secretários e nem a Câmara Municipal tomam as providências.

Voltando aos moradores de rua, que a Cultura do nosso país, que é uma Cultura que se você for em Curitiba, você vê exemplo. Por quê? Porque estou aqui reivindicando e espero o apoio da Soninha e de todos os Vereadores dessa Mesa, que 3% do orçamento da cidade de São Paulo seja destinado aos moradores de rua, para que eles tenham duas refeições, para que tenham uma frente de trabalho limpando as praças e as ruas, e que esses moradores de rua tenham um curso técnico de duas horas por dia para poder se reintegrar à sociedade. Isso é Cultura, porque na nossa região não vai Cultura.

Eu vou falar agora de Cultura. Sou Presidente do CDC Délio de Carvalho, onde passam mais ou menos 300, 400 idosos por mês; onde passam de 300 a 400 crianças, que tem a escolinha, por mês. Onde passam de 500 a 600 jovens que se reúnem para jogar futebol por mês - vocês sabem o que é isso na periferia. E não tem sequer uma ajuda da Prefeitura, não tem sequer o conhecimento do Prefeito e do Secretário da cidade de São Paulo.

Sabem por quê? Porque não há interesse da Prefeitura ou do Secretário ir ao Capoeiro. É interesse de eles representar aqui a Casa de Cultura para quê? Para ter visibilidade. Mas aqui no Centro não! Tem de fazer é na periferia, que é onde nós precisamos.

Peço, sinceramente, encarecidamente, a todos os Srs. Vereadores que abram a CPI para apurar essas irregularidades de um grupo de empresários que está sem pagar impostos, sonegando impostos e todos nós aqui pagando para manter esses grupos de empresários chineses e brasileiros sem dar renda para a cidade de São Paulo, sem dar renda para a Cultura da periferia.

Então, por isso, olhem mais para a periferia. Muito obrigado a todos. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Obrigado, Sr. Alex Omar. Com a palavra o Sr. Norberto Antônio Batista.

O SR. NORBERTO ANTONIO BATISTA – Secretário, eu queria fazer somente umas três perguntinhas. A primeira é concordar com o Chust, quando falou do IPTU que 7%

com inflação de quatro, temos um aumento real de 2,9%. Então dentro disso daí qual é o valor do aumento acumulado em função da trava de 10%, que está pendente e que deverá refletir em um monte de contribuintes para os próximos um, dois, três anos.

Outra pergunta se refere ao ICMS. Ele tem um aumento nominal de 4%, que é igual à inflação. Só que o índice de participação do Município para o ano que vem já caiu para menos 1,28%. De 2014 para cá, a participação desse índice já caiu 10,2%. Que medidas podem ser feitas com relação ao ICMS dentro da reforma tributária para que isso tenha alguma influência ou pare de cair pelo menos?

O outro item que me chamou atenção no Orçamento diz respeito às receitas patrimoniais. Têm dois itens: um deles, você já deu uma referência dizendo que é referente a 1,545 bi, que parece que é Interlagos. Outro é 930 milhões que são cessão de direitos. Essa é a folha de pagamento, me parece que é negociação de folha de pagamento do Banco do Brasil. Com relação a isso, por exemplo, quanto foi a última negociação tida na última folha de pagamento? Qual o valor?

E por último também me chamou atenção 1,7 bi com relação à alienação de participação societária. Essa participação qual é? Referente à que sociedade?

Ok. Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Muito obrigado, Sr. Norberto.

O próximo inscrito é o Sr. Artur Amato Neto, Conad-CAD-OAB. Dirija-se ao microfone o Sr. Antonio Ferreira do Nascimento, da Associação Paraguai.

O SR. ARTUR AMATO NETO - Bom, eu estou aqui representando o Conad-CAD e a Secretaria da Segurança Pública e gostaria de saber por que desse dinheiro todo não foi utilizado 20% para a CET, 20% para a Saúde, 30% para a educação, 20% para segurança e 10% para cultura? Porque assim não teria dinheiro sobrando.

A falta de fiscalização na maioria das periferias, de toda São Paulo, está um crime horroroso. Todos sabem que não há fiscalização nenhuma.

Muitas pessoas falam que fazem isso, fazem aquilo, mas fiscalizar é coisa do

Governo, do Município. Fiscalizar as feiras, todos os lugares, inclusive, responsabilidade também do Corpo de Bombeiros de fiscalizar locais, para saber se há necessidade mesmo e se aqueles locais são adequados para certas obras.

Muitas pessoas têm sofrido acidentes, muitas pessoas têm ido para hospitais sem precisar, sem necessidade. Muitas UBSs estão desfalcadas de funcionários, de materiais e de coisas na UBS, com tudo quebrado ali, com a maioria das coisas em toda periferia.

Eu fui durante 10 anos Secretário de Segurança Pública da Cidade Tiradentes, na zona Leste, depois que eu sai se tornou um horror. Eu peguei e suspendi 18 policiais e tive de trocar dois delegados.

Agora, eu gostaria de saber por que todo esse dinheiro está sobrando e não está sendo aplicado?

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Obrigado, Sr. Artur Amato Neto.

O último inscrito é o Sr. Antonio Ferreira do Nascimento, da Associação Paraguai.

O SR. ANTONIO FERREIRA DO NASCIMENTO - Boa tarde a todos os presentes.

Quero perguntar para o Philippe, assessor da Secretaria da Fazenda, porque aqui saiu muito comentário, mas da reciclagem não foi falado.

Você faz um documento, depois você tem de perder, derramar muito suor nesta Cidade, trabalhando perdido por uma democracia que nós vemos, que somos impedidos daquele que trabalha a rua catando papelão. Um vendedor não pode mais vender, bota GCM para tomar a mercadoria deles.

Outra coisa que é grave: como que nós damos voto para um vereador, a prova está nesta Câmara aqui, sai tomando a mercadoria do camarada que está trabalhando?

Como eu estava aqui no Glicério, o cara roubando celular e ninguém lá da segurança para tomar providência. Cadê as autoridades da Cidade? Têm os 55 vereadores, 94 deputados estaduais que tem na Assembleia que fala que não pode fazer nada. Está na hora de ser corrigido.

Nós temos de trabalhar de graça, se falta documento tem que perder, por falta de

informação? Isso é brincadeira. É brincadeira ter de perder o documento. Se mata de trabalhar depois a Prefeitura vai lá e pega o papelão da gente. Isso é brincadeira o que está acontecendo no País.

Está entendendo? Porque hoje nós falamos de respeito, um morador da terceira idade não tem mais respeito. É bagunça a noite toda, é forró fazendo aí a granel, tudo a granel nesta cidade. Que negócio é esse? Tem de tomar providência, cadê os nossos representantes? Não vou dar meu voto de graça para não ser feito nada por mim. Isso é o que eu queria falar. Está entendendo?

Quando eu dou um voto para um cidadão eu quero que ele trabalhe também junto comigo. Vocês concordam? Tem que trabalhar junto com nós, saber o que nós estamos fazendo, se está roubando, se está fazendo qualquer uma coisa e se tiver roubando é punido.

Agora, tem que perder conta de banco, ser passado para traz em muitas situações isso é brincadeira o que está acontecendo. Isso é o que eu tenho de falar.

Desculpe a minha impressão. Eu já votei nesta Casa para o João Doria, para o Bruno Covas, está entendendo? (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Obrigado, Sr. Antonio Ferreira do Nascimento.

Passo a palavra ao Vereador Rodrigo Goulart.

O SR. RODRIGO GOULART – Obrigado, Sr. Presidente. Cumprimento os Srs. Vereadores, Secretário, em nome dele eu cumprimento os componentes da Mesa, cumprimento todos os presentes nesta audiência.

Secretário, eu tenho muitas perguntas, mas selecionei algumas para que o senhor possa nos esclarecer.

Primeiro, sobre a questão da exclusividade da folha, como foi perguntado pelo Sr. Norberto. Temos uma questão, até pedi esclarecimentos para a Secretaria, através de um requerimento, foi respondido, mas as informações que nós temos, apesar de ter sido dispensada a licitação por ser um ente também federativo, uma Administração Pública, o

Banco do Brasil, mas que se fosse uma licitação essa folha valeria, pelo menos, o dobro. Então vamos arredondar de 930 milhões, poderia aproximadamente 2 bilhões. Se realmente confere a informação e a razão dessa dispensa.

A proposta de 2020, estima em 3,2 bilhões como receita patrimonial. Montante aproximadamente 220% superior ao previsto para este ano que foi de 1 bilhão e arrecadou-se, até agosto, 687 milhões. Qual a justificativa para esse expressivo crescimento? Do estimado, para 2020, quanto representa a receita de aplicações financeiras, resultantes da disponibilidade de caixa que, nos últimos meses, tem sido em média superior a 200 bilhões.

Outra estimativa que chama a atenção é de 1,7 bilhão, como receita de delegação de serviços públicos, mediante permissão, concessão, autorização ou licença. Do valor estimado, está claramente definido 213 milhões, como delegação para prestação de serviços de transporte. O restante, ou seja, 1,5 bilhão, consta como demais delegação de serviços públicos. O senhor pode exemplificar ou indicar, pelo menos, alguns desses demais serviços, e também o que seria o valor de cada um deles.

Ainda no campo das receitas, há 5,6 bilhões como receitas de capital. Em 2018, foi orçado 4,1 bilhão e arrecadado 1,9 bilhão. Neste ano, orçou-se 4,4 bilhões e arrecadou-se, até setembro, 1,5 bilhão. Observa-se que essa defasagem entre o orçado e o arrecadado não é exclusiva desses dois anos, porque isso ocorre nos últimos 10 anos onde se verifica o mesmo comportamento. Assim, por que insistir nessa prática de estimar um montante muito longe da sua efetividade, da sua concretização?

O mesmo pode se dizer em relação à estimativa de receitas com alienação de bens. Em 2018, foi orçado 1,1 bilhão, mas nada foi arrecadado. Neste ano, orçou-se 1,3 bilhão, até agosto, nada foi concretizado. Prevê-se, para 2020, 1,7 bilhão. O senhor poderia detalhar esse valor e qual a possibilidade para o detalhamento da sua concretização.

Só mais um apontamento. Sobre a questão do ISS, na sua apresentação estava bem claro, qual a participação da CPI da Sonegação Tributária para o incremento dessa receita?

Sobre a previdência, houve a reforma municipal, qual foi o tipo de impacto na insuficiência da previdência municipal?

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Obrigado, Vereador Rodrigo Goulart.

Passo a fazer alguns questionamentos, Secretário, sobre a possibilidade de novas apurações de crédito. O Município conseguiu reverter o parecer da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, que inclui os precatórios na conta e impede que o Município faça novos empréstimos. Para este ano havia uma previsão de arrecadação de 124 milhões de reais, mas até setembro o Município havia arrecadado 722 milhões de reais, com ações judiciais. Para o ano que vem a previsão é de 767, ou seja, maior ainda. A pergunta é se isso tudo são de apenas ações judiciais o total do valor que mencionei.

Outra coisa, vemos que é gritante por todo mundo que fez uso da palavra, 90% das pessoas que estão neste plenário, têm vários questionamentos sobre a manutenção da Cidade, a zeladoria, a condução da Cidade por parte da Administração Municipal. Na última vez que o senhor esteve aqui, disse que tinha em caixa na Prefeitura 12,9 bilhões, ou seja, quase 13 bilhões, numa Cidade suja, abandonada, faltam médicos, as escolas estão precárias, o movimento de cultura reclamando que a cultura não chega até a ponta, buraco para tudo quanto é lado, e dinheiro em caixa.

Sem falar que nós sofremos neste ano, devido ao período de chuvas, um alagamento e enchentes de forma muito severa. É sabido de todas as dificuldades que houve na região do Ipiranga, principalmente na região do Itaim, Vila Seabra e Jardim Helena que acontece todos os anos nas últimas décadas.

Infelizmente, apesar de todos os nossos esforços, todas as nossas lutas, não vimos nenhuma obra avançar, principalmente, na região da Vila Seabra, Jardim Helena e Vila Itaim.

Preocupado com isso, eu pedi particularmente para o Prefeito Bruno Covas visitar a região, já que a Prefeitura de São Miguel Paulista tem um planejamento de investimentos para - não vou falar solucionar o problema na sua exatidão - melhorar muito a situação daquelas

peessoas, custaria em torno de 2,4 milhões. Ou seja, muito pouco diante de um orçamento tão grande, diante de tantos recursos guardados como esses 12,9 bilhões.

Pergunto para o senhor qual é a previsão? Quanto a Prefeitura gastou com combate às enchentes e alagamentos? Estivemos com a Vereadora Soninha e o Vereador Milton Ferreira na região da Vila Itaim para conversar com os moradores, uma comissão do Comitê de Chuvas, que foi montado na Câmara Municipal, para averiguar o que acontece na Cidade com tanto problema em todo verão, a gente lá não encontrou nada e nem perspectiva nenhuma.

Pergunto para o senhor qual serão as perspectivas? Sábado que vem teremos audiência pública naquele local, que vai tratar sobre o Itaim e sobre São Miguel Paulista, e a população com certeza irá reclamar. O que nós iremos dizer para a população? O que o Executivo irá dizer? Vai garantir que ela não vai sofrer com as enchentes no próximo ano? Porque daqui há 30-40 dias a chuva vai ser torrencial. Quando ela se tornar torrencial, nenhuma obra aconteceu, vai se repetir tudo de novo.

Eu gostaria que o senhor falasse um pouco sobre essa previsão de enfrentamento das enchentes e alagamentos na Cidade, que o paulistano não aguenta mais.

Antes de passar a palavra para o Secretário, nós temos de entregar o recinto às 14h, o Sr. Alexis Vargas, foi citado no princípio, ele queria fazer uso da palavra, depois o Secretário encerra com as suas respostas.

O SR. ALEXIS VARGAS - Boa tarde a todos. Cumprimento os Vereadores presentes, a população, Secretário Philippe. Agradeço as respostas dadas pelo Secretário Philippe que foram bastante elucidativas, ele abordou vários aspectos. Eu queria complementar apenas alguns pontos que foram levantados.

Primeiro quero falar da satisfação em ver tanta gente aqui da capoeira. Acho que esse tipo de atividade, de iniciativa de vocês é que vai fazer o reconhecimento. Estar aqui na Câmara, na audiência pública, debater nos fóruns quando está formando a Lei Orçamentária, estar na Secretaria de Cultura, nas casas de cultura, é isso que vai trazer mais reconhecimento

e mais espaço para a capoeira.

Mestre, eu só consegui segurar direito o berimbau, porque já fui batizado na capoeira. Infelizmente, não dei continuidade, mas tenho dois irmãos que são mestres de capoeira. Então é uma cultura, dança, luta que gosto muito.

Sobre a questão de ouvir a população, foi posto aqui que esta gestão não ouve a população. A gente tem um programa de Governo Aberto, na Prefeitura, que inclui iniciativas tanto de participação, quanto de controle social e combate à corrupção. Transparência e participação são os dois grandes eixos do Governo Aberto.

Dentro disso, a gente tem uma iniciativa que é Diálogos Abertos, em toda subprefeitura o subprefeito tem que chamar a população e apresentar tudo o que ele está fazendo e qual a programação do que ele tem para fazer em seguida, ouvindo a população.

A gente fez, neste ano, uma audiência pública de elaboração deste projeto de lei que estamos discutindo, foi feita uma em cada subprefeitura, onde a gente juntou com Diálogos Abertos, não só apresentou a proposta da Lei Orçamentária, a Secretaria da Fazenda apresentou.

Nós, da Secretaria do Governo, apresentamos a revisão do Programa de Metas, discutimos o que estava previsto para aquela região, ouvimos a população tanto a Lei Orçamentária quanto em relação ao Programa de Metas. Também o subprefeito fez apresentação sobre o que a subprefeitura está fazendo, o que pretende fazer, colheu todas as sugestões da população.

Foi um momento intenso de debates. A questão da participação alguém levantou que Ipiranga tinha duas pessoas, é verdade. Não sabemos ao certo porque isso aconteceu com Ipiranga, dado que a divulgação foi a mesma estratégia para todas.

Em contra parte, a Penha tinha 108 pessoas, São Miguel Paulista 148, M'Boi Mirim 172, chegando na Cidade Ademar com 300 pessoas na audiência.

Então a audiência pública preparatória deste projeto de lei que estamos discutindo aqui, com mais gente que tem aqui hoje que já é uma audiência pública bastante produtiva com

esse número de pessoas.

A participação em audiência pública é importante, é olho no olho, cara na cara. Mas ela não é a única, ela exclui muita gente que não consegue vir no horário que se propõe, é um evento com horário específico, muita gente não pode vir.

Consulta pública pela internet é sim um mecanismo de participação bastante importante e que amplifica a nossa capacidade de diálogo com o paulistano.

Além disso, quero aproveitar também para divulgar para vocês, está acontecendo, neste momento, duas iniciativas importantes: uma é o Programa Agentes de Governo Aberto, que são: capacitações para a população dialogar com a Prefeitura. Entre as oficinas, por exemplo, tem a oficina de orçamento, para explicar como o orçamento é construído, quais são seus componentes, seus critérios, exatamente para qualificar a cidadania, para que a população possa entender melhor a linguagem técnica do orçamento e poder pleitear, criticar e propor melhorias ao nosso orçamento.

O orçamento é só uma das oficinas, são várias oficinas acontecendo.

Também está acontecendo agora, em cada subprefeitura, os NRPs, Núcleo Regional de Planejamento, fazendo o Plano de Ação da Subprefeitura. É um mecanismo previsto no Plano Diretor Estratégico da Cidade, que estipulou o Plano Regional e cada subprefeitura tem de fazer o seu plano de ação.

Quer dizer que é a população escolhendo junto com os técnicos da subprefeitura e das diversas secretarias o que vai ser feito naquela região. Esses seminários estão acontecendo, a programação está na página de Governo Aberto da Secretaria do Governo e também está nas subprefeituras.

A gente está fazendo divulgação o máximo possível, mídia no Metrô, teve uma entrevista coletiva chamando todos os órgãos de imprensa e não é sempre que se dá a amplitude para esse tipo de notícia, mas aproveito para falar para vocês sobre isso.

Sobre a questão dos investimentos na cultura, acho que o Secretário Philippe já colocou, não é só o que está na Secretaria da Cultura, mas tem diversas outras iniciativas, por

exemplo, um programa que está no Programa de Metas, que é o Ruas da Gente. São 320 edições do Ruas da Gente na Cidade toda. Inclui várias iniciativas de Cultura nessa programação. Fechamos a rua, tem parte de lazer e entretenimento, e tem a parte de cultura e tem também de atendimento à saúde. São 320 edições na cidade todo fim de semana sempre sábado e domingo. Criação de salas de primeira infância nos dez distritos em equipamentos de Cultura. Patrimônio histórico e revitalização do centro, no que toca em questões culturais da nossa cidade também, aí entra a revitalização da Casa Modernista, que está abandonada, aliás falar aqui sobre o problema de zeladoria. Temos leituras parecidas, a zeladoria da cidade realmente tem deixado a desejar, isso tanto na rua, nas calçadas, quanto dentro dos equipamentos. Estamos trabalhando: revitalização do Anhangabaú, do triângulo histórico aqui no centro antigo, Largo do Arouche, Casa Modernista e Praça das Artes. Tudo isso entrando aqui com recurso, às vezes, de desestatização, às vezes, mesmo da fonte 00, que é a fonte do Tesouro.

Além disso, revitalização de 46 equipamentos da Secretaria da Cultura, isso está no Programa de Metas, na lei orçamentária, já está em execução uma parte deles. Então tem um investimento grande para melhorar a zeladoria dentro dos equipamentos, revitalizar os equipamentos e boa parte desses 46 são casas de Cultura onde espero que tenha espaço sempre para a capoeira e o hip hop. Sobre o hip hop tem um coordenador de hip hop na Secretaria da Cultura. É importante conversar, ele está aí para isso, para dialogar com vocês. O mês do hip hop está garantido na programação da cidade, tem recursos tanto da Secretaria da Cultura, quanto da Secretaria da Educação, trabalhando de forma transversal as diversas questões do hip hop. Como dança, grafite, DJ e Mc. Em relação a agenda da Cultura, a Virada Cultural cada vez é maior, com mais programação, programação: São Paulo na Rua, Festival Mário de Andrade, Virada do Livro, o carnaval da cidade, que vai ser o maior carnaval do Brasil já nessa próxima edição. O inventário da memória Paulistana, que também temos colocado indicativos em toda a cidade, em especial, no Centro. Convido a vocês. É uma iniciativa da Cultura, também do governo aberto, a população pode entrar lá e falar este móvel teve um

acontecimento histórico, aí a Secretaria vai lá, notifica, põe placa, explica, divulga para a população. Temos pouco disso em São Paulo e é uma iniciativa bastante interessante para resgatar a memória na cidade de São Paulo.

Além da programação, tem a programação do Theatro Municipal, muito mais extensa, um recorde de público que nunca teve. Questão do investimento em cultura não é só olhar o investimento da Secretaria da Cultura, é olhar o orçamento como um todo. E mais do que isso o que dele está virando, em termos de programação e realização para a Cidade. Acho que na área de Cultura a gente tem avançado bastante. Eu tentei levantar alguns pontos.

O Paraguai Éguas está na programação da Prefeitura, o edital está parado no Tribunal de Contas, mas essa obra vai ser feita, não vai sair da programação.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Tem a palavra o Sr. Philippe Duchateau.

O SR. PHILIPPE DUCHATEAU – Ficou pendente a resposta para o senhor ali sobre o SP Forró quanto ao como faz para executar uma dotação específica que eventualmente está lá consignada no orçamento, mas ainda não executou. Primeiro vamos falar sobre os congelamentos. A Secretaria da Cultura tem por volta 18 milhões, quase 19 milhões, se não me engano, de recursos congelados de fonte de transferência Federal. Esses recursos só estão congelados porque a efetiva transferência prevista no orçamento não aconteceu, se acontecesse, o recurso seria liberado. E pouco mais de quatro milhões de recursos do Tesouro. Boa parte deles ainda consignados nas emendas parlamentares aprovadas e que estão sendo liberadas, ao longo do ano. A Secretaria tem dotação disponível sim, dentro da programação dela, seja de recursos disponíveis não congelados, livres para execução, e ainda sequer reservados para executar a programação prevista em cada equipamento. O que precisa ser feito depende de como é recurso será transferido e qual a finalidade do evento ou da atividade a ser executada no local. Aí o melhor instrumento é aquele que se adéqua ao serviço que é prestado e eu peço que a Secretaria da Cultura esclareça melhor qual é a atividade a ser executada e o uso do melhor instrumento. Os recursos

disponíveis não é o problema para execução.

As colocações do Sr. Abrantes sobre a participação, diálogo, o Alexis falou muito bem sobre os diversos canais que a Prefeitura tem para o debate. Houve uma dúvida sobre 630 milhões, *vis-à-vis* 700 milhões que foram encontrados no orçamento, na função cultura. E aí é muito importante explicar o 630 é um número que reflete melhor esse valor porque parte desses 700 milhões são receitas intraorçamentárias inclusive isso me faz colocar um ponto importante para ser considerado aqui na audiência para os Vereadores. Duas empresas que antes eram tratadas como não dependentes do Tesouro, no orçamento de 2020, passam a ser dependentes do Tesouro porque, ao longo do tempo, elas mostraram que as receitas não foram suficientes para cobrir as suas despesas operacionais. A Prefeitura teve no passado recente que aportar recursos do Tesouro para custear suas atividades. Estamos falando de SP Turis e SP Urbanismo. Essas duas passam a ser. Então os contratos da Prefeitura que são receitas da própria empresa, e isso acontece muito na SP Turis é intra-orçamentária. Então, a melhor forma de ver... infelizmente a gente tem que cumprir as normas que regem o ordenamento de como montar um orçamento público, estamos seguindo a instrução da Secretaria do Tesouro Nacional. Então é importante olhar para os gastos por função tirando as intraorçamentárias, ou seja, tirando a dupla contagem, que é despesa duas vezes. Vai ser a despesa da empresa e as despesas da Secretaria que a contratou. Se fizerem isso vai chegar aos 600 milhões que a gente demonstrou no quadro ali.

Por que “outros” ali nas funções? Não é que tem uma função “outras”, ali aglutinou uma série de outras despesas que se a gente explodisse, como são pequenininhas, não ia ter espaço para completar. Tem até uma função “outras” e sim específica e são aquelas que não são possíveis de serem enquadradas e nenhuma daquelas funções. Todas elas também a tipologia. O que diz que uma função é educação, cultura, segurança etc. também são normas da contabilidade pública regulamentadas pela Secretaria do Tesouro Nacional.

Agora entro nas dúvidas específicas, Norberto, e algumas até foram reproduzidas pelo Vereador Rodrigo Goulart e também o nosso Presidente Alessandro Guedes. IPTU, a

consideração sobre a possível subestimativa, como o representante do Tribunal de Contas mencionou, e volto dizer que não que estamos observando, cada vez menos pessoas na trava por isso que os reajustes são menores do que aqueles observados nos anos anteriores sem falar da possibilidade de diminuição da arrecadação de exercícios anteriores. O que se arrecada no ano corrente, devido ao pagamento de anos anteriores.

ICMS 4%. O que a gente pode fazer? Por que é que vem caindo o nosso índice de participação? Porque, de fato, no Estado de São Paulo a atividade econômica está sendo descentralizada. Especialmente a atividade industrial, as indústrias que são geradoras de receita de ICMS estão se expandindo pelo Estado, cresce mais fora de São Paulo. É natural essa tendência, sem prejuízo das fiscalizações, que a gente vem acompanhado, com relação ao correto recolhimento em favor do Município.

Receitas patrimoniais, um bilhão e meio não é de Interlagos, são todas as concessões previstas. E aí, Vereador Goulart, a gente já responde também a sua dúvida quanto a isso. O que diz respeito a isso? São as concessões: zona azul, cemitério, Autódromo de Interlagos, elas perfazem...e aí em valores já menores são os parques, e embaixo dos viadutos, mas aí são bem pequenos, e que compõem esse valor que soma um bilhão e meio.

São recursos voltados para o Fundo de Desestatização dos investimentos que lá estão previstos no fundo. 930 milhões do que foi na receita patrimonial na alienação de direitos? É isso mesmo, foi a venda da folha. Desculpe-me, quem informou que ela valia dois bilhões informou errado. No processo que o senhor teve copia, pode baixar, a gente mostra que esse valor corresponde a aproximadamente 67 reais por funcionário por mês. As últimas contratações que a gente pode observar variam de 40 a 50 reais, quando muito chegam próximos a 60 reais. Tudo isso documentado no processo. Foi um excelente negócio para Prefeitura de São Paulo. A última venda da folha foi 580 milhões há cinco anos e de lá para cá o valor desse ativo diminuiu muito, porque cada vez mais fácil fazer a portabilidade.

Hoje você pode fazer a portabilidade para sua conta pessoal usando seu celular sem precisar sequer ir para agência. Isso faz com que esse valor de ativo diminua. Mas no

processo a gente mostra que as contratações recentes geraram na faixa uma média de 50 a 60 reais, alcançando 67. Excepcional negócio para Prefeitura, 930 milhões. Por que o Banco do Brasil? Por que dispensa licitação, mas vale dizer também que essa dispensa não abdicou da necessidade de consultar o mercado sobre quanto eles valoravam o serviço e o negócio fechado foi a valores superiores ao valor cotado no mercado.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Sr. Secretário, precisamos entregar o espaço porque está na hora da CCJ. Foram mais de três horas de debate hoje na primeira audiência pública. Quero agradecer ao senhor e pedir para o senhor encaminhar para o encerramento mesmo que a gente tenha que esgotar o tema nas próximas reuniões.

O SR. PHILIPPE DUCHATEAU – Reforço esse aspecto. Fechamos, trouxemos números mais gerais de receitas e grandes agrupamentos de despesas porque a gente sabe que a Câmara Municipal vai fazer o seu papel nas sucessivas audiências públicas temáticas e regionais, com cada Secretário ou mesmo Subprefeitos. Continuo à disposição para prestar os esclarecimentos necessários para a Câmara Municipal fazer o seu trabalho e aprovar a lei orçamentária até o final do ano.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alessandro Guedes) – Obrigado, Secretário, obrigado público presente, representantes da Secretaria do Governo, do TCM, e todo o público que esteve aqui hoje. Lembrando que no próximo sábado 10 horas da manhã no CEU Lajeado vai acontecer audiência pública regional da região de Guaianases e no próximo sábado, também no período da tarde, das 14h30min às 17h30min no CEU Curuçá, audiência pública regional referente a Subprefeitura de Itaim Paulista e São Miguel.

Nada mais havendo a tratar estão encerrados os trabalhos.